

Diário do Legislativo de 09/04/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB--PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Célio Moreira (PSDB) e Deputada Ana Maria Resende (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV-PSB-PPS-PSC)

Líder: Agostinho Patrús Filho

Vice-Líderes: Deputados Rômulo Veneroso (PV) e Wander Borges (PSB)

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Jayro Lessa

Vice-Líder: Deputada Maria Lúcia Mendonça

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Gilberto Abramo

Vice-Líder: Deputado Adalclever Lopes

LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputada Elisa Costa

Vice-Líder: Deputado Almir Paraca

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Sebastião Helvécio

Vice-Líder: Deputado Carlos Pimenta

LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres

Vice-Líderes: Deputado Gil Pereira (PP), Deputado Paulo Cesar (PDT) e Neider Moreira (PPS)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Paulo Guedes

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elmiro DEM Presidente
Nascimento

Deputado Ademir BSD Vice-Presidente
Lucas

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado André PT
Quintão

Deputado Chico BSD
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Dalmo Ribeiro BSD
Silva

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputada Elisa Costa PT

Deputado Juninho Araújo BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Weliton PT Presidente
Prado

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente

Magalhães

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Padre PT
João

Deputado Wander BSD
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Sebastião BSD
Costa

Deputado Durval PT
Ângelo

Deputado Doutor BSD
Rinaldo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente
Ribeiro Silva

Deputado Gilberto PMDB Vice-Presidente
Abramo

Deputado BSD
Sebastião Costa

Deputado Delvito DEM
Alves

Deputado Neider PP
Moreira

Deputado Hely PV
Tarquínio

Deputado PDT
Sargento Rodrigues

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Gustavo Valadares DEM

Deputado Dimas Fabiano PP

Deputado Délio Malheiros PV

Deputado Sebastião Helvécio PDT

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia Brandão BSD Presidente

Deputado Dimas Fabiano PP Vice-Presidente

Deputado Antônio Genaro BSD

Deputada Maria Lúcia Mendonça DEM

Deputada Rosângela Reis PV

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva BSD

Deputado Vanderlei Jangrossi PP

Deputada Ana Maria Resende BSD

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Hely Tarquínio PV

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros PV Presidente

Deputado Carlos Pimenta PDT Vice-Presidente

Deputado Célio BSD

Moreira

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado Antônio PMDB
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente
Ângelo

Deputado Luiz PMDB Vice-Presidente
Tadeu Leite

Deputado João BSD
Leite

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Weliton Prado PT

Deputado Vanderlei PMDB
Miranda

Deputado Djalma Diniz BSD

Deputado Walter Tosta BSD

Deputado Antônio Carlos BSD
Arantes

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Deiró BSD Presidente
Marra

Deputada Maria DEM Vice-Presidente
Lúcia Mendonça

Deputada Ana BSD
Maria Resende

Deputado Vanderley PP
Jangrossi

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Wander BSD
Borges

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Almir Paraca PT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente
Lessa

Deputado Lafayette BSD
de Andrada

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputada Elisa PT
Costa

Deputado Agostinho PV
Patrús Filho

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputado Antônio Carlos BSD
Arantes

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado André Quintão PT

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Carlos Pimenta PDT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente
Souza Cruz

Deputado Fábio BSD Vice-Presidente
Avelar

Deputado Almir PT
Paraca

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Wander BSD
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Padre João PT

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado João BSD
Leite

Deputado Gustavo DEM
Valadares

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Fábio Avelar BSD

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei PP Presidente
Jangrossi

Deputado Padre PT Vice-Presidente
João

Deputado Getúlio PMDB
Neiva

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

Deputado Chico BSD
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputada Cecília PT
Ferramenta

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Lafayette de
Andrada

Deputado PV Vice-Presidente
Agostinho Patrús
Filho

Deputada BSD
Gláucia
Brandão

Deputado PMDB
Gilberto
Abramo

Deputado PP
Vanderlei
Jangrossi

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BSD

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Dimas Fabiano PP

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Hely PV Vice-Presidente
Tarquínio

Deputado Ruy DEM
Muniz

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Doutor BSD
Rinaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputada Rosângela PV
Reis

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Paulo Cesar PDT

Deputado Juninho Araújo BSD

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – segundas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PDT Presidente
Sargento Rodrigues

Deputado Paulo PDT Vice-Presidente
Cesar

Deputado Délio PV
Malheiros

Deputado Luiz PMDB
Tadeu Leite

Deputado DEM
Leonardo Moreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Jayro Lessa DEM

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada PV Presidente
Rosângela Reis

Deputada Elisa PT Vice-Presidente
Costa

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Almir Paraca PT

Deputado Bráulio Braz BSD

Deputado Carlos Mosconi BSD

Deputada Maria Lúcia DEM
Mendonça

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo DEM Presidente
Valadares

Deputado Juninho BSD Vice-Presidente
Araújo

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Djalma BSD
Diniz

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Chico Uejo BSD

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Zezé Perrella BSD

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Vanderlei Miranda

Deputado Bráulio BSD Vice-Presidente
Braz

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Zezé BSD
Perrella

Deputada Cecília PT
Ferramenta

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Getúlio Neiva PMDB

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Almir Paraca PT

OUIDORIA PARLAMENTAR

OUIDOR-GERAL: Deputado Inácio Franco (PV)

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 10ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear a Marinha do Brasil

1.2 - 11ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Senar Minas

1.3 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA

ATAS

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado João Leite - Entrega de placas - Exibição de vídeo - Palavras do Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Doutor Viana - Tiago Ulisses - João Leite.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 14h14min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Tiago Ulisses, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha; a Exma. Sra. Arminda Soares de Moura Lins, filha do Dr. Raul Soares Moura; e os Exmos. Srs. Almirante-de-Esquadra Álvaro Augusto Dias Monteiro, Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais; Vice-Almirante Gilberto Max Roffé Hischfeld, Comandante do 1º Distrito Naval; General-de-Divisão José Mário Facioli, Comandante da 4ª Região Militar do Exército; Major-Brigadeiro-do-Ar Antônio Franciscangelis Neto, Comandante do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica - Ciaar - ; Conselheiro Eduardo Carone Costa, representando o Tribunal de Contas; Vereador Totó Teixeira, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; e Deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença dos Exmos. Srs. Milton Lucca de Paula, Presidente da Associação Mineira de Rádio e Televisão - Amirt -; do Ten.-Cel. BM Franco, representando o Cel. BM José Honorato Ameno, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; e o Ten.-Cel. PM Britto, representando o Cel. PM Hélio dos Santos Jr., Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a Marinha do Brasil.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir a execução do Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado João Leite

Sr. Presidente em exercício da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Doutor Viana; Sra. Arminda Soares de Moura Lins, filha do Dr. Raul Soares Moura; Exmos. Srs. Alte.-Esq. Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha; Alte.-Esq. Álvaro Augusto Dias Monteiro, Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais; V.-Alte. Gilberto Max Roffé Hischfeld, Comandante do 1º Distrito Naval; Gen.-Div. José Mário Facioli, Comandante da 4ª Região Militar do Exército; Maj.-Brig.-Ar Antônio Franciscangelis Neto, Comandante do Ciaar; Conselheiro Eduardo Carone Costa, representando o Tribunal de Contas do Estado; Vereador Totó Teixeira, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; senhoras e senhores.

Nesta homenagem que prestamos à Marinha do Brasil e à memória insigne de Raul Soares, pioneiro entre os civis a exercer, durante a República, o cargo de Ministro da Marinha, inicialmente temos de ressaltar os nossos primordiais interesses marítimos. Cabe à nossa força naval a garantia da nossa integridade territorial e da nossa soberania diante da imensa extensão da nossa costa e da riqueza da nossa rede hidrográfica.

Historicamente, o mar vem sendo a grande ligação com o mundo, ao mesmo tempo em que se constitui no berço da nossa identidade. Foi ele a nossa via de descobrimento, de colonização e de consolidação da independência. A necessidade de uma força bélica naval foi uma das primeiras urgências percebidas pelo governo da Nação, assim que foi emancipada com o 7 de setembro. A nossa esquadra, em contrapartida, garantiu não só a independência como a própria unidade nacional ao se destacar na guerra da Cisplatina, no combate aos movimentos separatistas do período regencial e, sobretudo, na guerra da Tríplice Aliança.

Ainda no Império, ganhou a Marinha patrono na figura do Alte. Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré, exemplo de patriotismo, que, no respeito às instituições, legou-nos, junto ao apego à disciplina, a construção da paz e da concórdia. No período republicano, mais precisamente no governo de Epitácio Pessoa, foi o Ministério da Marinha ocupado por um notável mineiro de Ubá. Além de político de vulto, Raul Soares de Moura foi o perfeito modelo de humanista, com a experiência de jurista, professor universitário, filólogo, escritor e historiador. A sua passagem à frente da Marinha foi seguida pelas eleições para o Senado e para a presidência do Estado de Minas Gerais. A alma profundamente mineira foi forjada nos estudos secundários em Mariana, em Barbacena e em Ouro Preto e aqui iniciou o curso de Direito, concluído em São Paulo. Em Carangola, como Promotor Público, iniciou a vida de dedicação aos ideais republicanos, que teve um momento pleno de simbolismo na posse no governo do Estado no dia 7/9/1922, coincidindo com a celebração dos 100 anos da Independência. Defensor

intransigente dos interesses nacionais, já demonstrado no Ministério da Marinha, teve a sua gestão à frente do Executivo estadual marcada pelo saneamento das finanças públicas, embora interrompida precocemente pelo seu falecimento, aos 47 anos.

Hoje, ocupando o cargo de Comandante da Marinha, vemos o seu sobrinho-neto, o Alte.-Esq. Júlio Soares de Moura Neto, detentor de um histórico de notáveis serviços prestados a nossa força naval. A competência do atual Comandante, comprovada pelos mais de 40 anos de uma brilhante carreira, é hoje a nossa grande garantia na defesa dos interesses nacionais, acionados pelo uso econômico e estratégico das nossas águas. Não se trata apenas da supervisão das questões de segurança da navegação ou do transporte aquaviário, mas também das que envolvem a pesca e a extração do petróleo, que nos garantem substanciais recursos econômicos. O subsolo marinho é uma fonte riquíssima de recursos e, com o comércio exterior quase inteiramente transportado por via marítima, mostra-se como uma promissora porta para o futuro. Unindo a sociedade brasileira, responsável pela segurança e pela defesa do meio ambiente da região amazônica, onde também cumpre importante papel social, tradição que se faz presente ainda no combate à dengue no Rio de Janeiro, com o hospital de campanha montado na Baixada Fluminense, a Marinha, comandada pelo Alte. Moura Neto, é motivo de grande orgulho para nós.

Por isso apoiamos seu reaparelhamento e sua modernização, tão necessários para nossa defesa, além do projeto de desenvolvimento de nosso submarino nuclear.

A paz e a soberania são garantidas pelo respeito à nossa capacidade de defesa. Já o Barão do Rio Branco, patrono de nossa diplomacia, via a imprescindível necessidade de manutenção de uma marinha de guerra à altura das nações mais poderosas.

O futuro do Brasil, do mesmo modo que vem ocorrendo no passado e no presente, está ligado ao mar, tanto às águas quanto ao subsolo marinho.

Portanto, Minas Gerais, feliz por constatar o sangue de um de seus filhos mais ilustres presente nas veias do Comandante de nossa Marinha, tem todo o interesse, mesmo sendo um Estado mediterrâneo, na presença de uma força naval plenamente capaz de enfrentar os novos desafios geopolíticos, quando o Brasil, potência emergente, passa a ocupar um lugar de evidência cada vez maior no contexto mundial. Muito obrigado.

Entrega de Placas

O locutor - Neste instante, o Deputado Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente da Assembléia, no exercício da Presidência, fará a entrega ao Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha, de placa alusiva a esta homenagem. A placa contém os seguintes dizeres: "Cuidar das águas - mar, rios e lagos - é missão da Marinha do Brasil. Defender esse imenso patrimônio, que pertence a todos os brasileiros e é reconhecido como uma das principais riquezas do País, tem papel fundamental na política pública, especialmente diante dos desafios impostos aos Estados pelos novos tempos. O Poder Legislativo mineiro presta sua homenagem a essa valorosa instituição e aos homens e mulheres que dedicam suas vidas a proteger nosso país e contribuir para o seu desenvolvimento".

Ato contínuo, em retribuição, o Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha, entregará ao Deputado Doutor Viana a placa, que contém os seguintes dizeres: "Com os agradecimentos do Comandante da Marinha, Alte.-Esq. Júlio Soares de Moura Neto, por ocasião das homenagens prestadas ao ex-Ministro da Marinha, Raul Soares de Moura, e à Marinha do Brasil".

O Sr. Presidente - Com muita alegria, convidamos o Deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, para que, juntos, entreguemos esta homenagem da Assembléia, em nome do povo mineiro, ao nosso Comandante da Marinha.

- Procede-se à entrega das placas.

O locutor - Neste momento, o Exmo. Sr. Vereador Totó Teixeira, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, fará entrega de placa ao Almirante de Esquadra, Comandante da Marinha, Júlio Soares de Moura Neto, contendo os seguintes dizeres: "A cidade de Belo Horizonte, por seus representantes, homenageia a Marinha do Brasil, reconhecendo os altos serviços por ela prestados à Pátria brasileira. Vereador Antônio Evangelista Totó Teixeira, Presidente". Em retribuição, o Almirante entregará ao Vereador Totó Teixeira placa contendo os seguintes dizeres: "À Câmara Municipal de Belo Horizonte, com os agradecimentos do Comandante da Marinha Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, por ocasião das homenagens prestadas ao ex-Ministro da Marinha Raul Soares de Moura e à Marinha do Brasil".

- Procede-se à entrega das placas.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo institucional.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Almirante-de-Esquadra Júlio Soares de Moura Neto

Exmos. Srs. Deputado Doutor Viana, Presidente em exercício da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; minha querida Arminda Soares de Moura Lins, em nome de quem saúdo toda a família originada do Dr. Raul, e seus irmãos, a família Soares de Moura, Chama, Solero, Cunha; Alte.-Esq. Álvaro Augusto Dias Monteiro, Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais; V.-Alte. Gilberto Max Roffé Hischfeld, Comandante do Primeiro Distrito Naval; Gen.-Div. José Mário Facioli, Comandante da 4ª Região Militar do Exército; Maj.-Brig.-Ar Antônio Franciscangelis Neto, Comandante do Ciaar; Conselheiro Eduardo Carone Costa; Vereador Totó Teixeira; e, com muito prazer, o autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, meu pleito de agradecimento ao Exmo. Sr. Deputado João Leite.

Antes de iniciar o texto que preparei, gostaria de dizer duas palavras inicialmente ao Deputado João Leite e ao Presidente da Assembléia, que fizeram referências extremamente elogiosas à Marinha. A Marinha, que é do Brasil, passa por um momento muito virtuoso. Nossa luta tem sido um patamar orçamentário melhor, nossa luta tem sido a aprovação do Programa de Reaparelhamento nos aspectos citados aqui, nossa luta tem sido o término do Programa Nuclear da Marinha e, no futuro, a construção do submarino de propulsão nuclear. Digo que é um momento muito favorável porque, desde o ano passado - aliás, desde 2005 -, iniciamos a retomada dos patamares orçamentários. Isso ocorreu em 2006 e, em 2007, fez-se presente não só para a Marinha como também para o Exército e a Força Aérea. As Forças Armadas conseguiram produzir resultados melhores em face de seus orçamentos cada vez melhores.

O nosso programa de reaparelhamento também está em discussão no governo. Já estamos autorizados a cumprir algumas metas. Com a ida do Presidente Lula a Aramar, ao nosso Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo, os ventos passaram a soprar favoravelmente, e o

Programa Nuclear da Marinha terá continuação. Esse programa abre um espaço muito grande para o País, pois visa ao domínio da tecnologia nuclear, que produzirá um reator e uma planta nuclear de energia elétrica, que poderá servir tanto para defesa, movimentando um submarino, quanto poderá produzir energia elétrica para acender a luz de uma cidade. Então, é muito importante.

Agradeço todas as citações feitas à Marinha, ao programa de reaparelhamento, ao orçamento e ao Programa Nuclear. A Marinha deseja apenas estar pronta para cumprir a sua missão, conforme dito aqui, que é garantir a soberania e os interesses do Brasil nas suas águas jurisdicionais, que não são pequenas - são 4.500.000m² a serem protegidos. Muito obrigado, Sr. Presidente e Deputado João Leite. É com emoção que compareço a esta Reunião Especial da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, dedicada a homenagear a Marinha do Brasil e a reverenciar a memória do Dr. Raul Soares de Moura, ex-Governador deste Estado e ex-Ministro da Marinha. É importante dizer a V. Exas. que à Marinha do Brasil e aos homens do mar é muito caro confluirmos para essas homenagens e elas se realizarem na Assembléia parlamentar das alterações.

As bordas de Minas não se deitam diretamente sobre o oceano, mas em tudo, e sempre, o mar se faz entre os mineiros. Quiçá haverá quem consiga desvendar a magia que leva os habitantes das Gerais, que um dia foram Mar Bambuí, aos sonhos e às nostalgias ligadas ao sal, às conchas, à areia e à imensidão do azul em águas, ou haverá quem busque as razões de a grande batalha da Guerra dos Emboabas, da qual resultou a autonomia da província, ter ocorrido ao longo do Rio das Mortes, no ponto de encontro dos dois caminhos para o mar: o Caminho Velho, que levava a Parati, e o Caminho Novo, que conduzia à Baía de Guanabara. O sentimento nacional pleno é que o mineiro ama o mar, que está na sua alma.

Riobaldo, personagem de Guimarães Rosa, quando relata o falecimento trágico de Diadorim, tão-somente afirma: "Chapadão. Morreu o mar que foi". Para os mineiros, mar é vida e ventura. Roberto Drummond, em texto memorável, escreveu que "a sina dos rios e dos homens de Minas é caminhar, ter um porto, um sonho e o mar, aonde chegar. Ah, Tiradentes, qual era teu porto, teu sonho, teu mar?". Ainda, em Guimarães Rosa, recolho a profunda reflexão sobre o mar que se faz cenário para as perigosas travessias da vida: "ele é o meio de trajeção, instrumento incerto, distância que palpita; que faz lonjura".

Não podia, pois, a Marinha do Brasil, deixar de homenagear Minas Gerais, o que, aliás, o fez, batizando com o seu nome o primeiro porta-aviões da nossa esquadra. De igual forma, orgulha-nos que um dos nossos navios, partícipe do papel social desempenhado pela Força e que leva a esperança e a presença do Estado a nossas populações ribeirinhas da Amazônia, o Navio de Assistência Hospitalar U-19, porte o nome de Carlos Chagas, grande médico e cientista de Oliveira, nos Campos das Vertentes, e que também nomeia esta praça em que agora nos encontramos. Esta província busca, incessantemente, o mar. Como registra a canção, considera "natural" a estrada que a liga "ao porto, ao mar". Quem não tem o mar ao seu alcance, mais ainda estima o seu valor.

Não bastasse o reconhecimento desse amor ao mar pelos mineiros, devemos nós, marinheiros, assinalar que, nesta honrada Casa Legislativa da província natal do Mártir da Independência, teve assento, como um de seus membros, eleito em 1911 e no exercício do mandato representativo até 1914, o primeiro civil que, em 1919, veio a ocupar a Pasta Ministerial da Marinha: o Dr. Raul Soares de Moura.

Um filho de Coronel da Guarda Nacional, da Zona da Mata, nascido em Ubá, que também honrou o País em várias funções importantes, dentre as quais destaco: Líder da Câmara Mineira, Vereador e Presidente da Câmara Municipal de Visconde do Rio Branco; Secretário de Agricultura, Indústria, Terras, Viação e Obras Públicas, no governo Delfim Moreira; Secretário do Interior e Justiça no Estado de Minas Gerais; Deputado Estadual; Deputado Federal; Senador por Minas Gerais e, também, Governador do Estado de Minas Gerais, gestão em que veio a falecer. Aproxime-me particularmente e, por que não dizer, orgulha-me muito participar desta homenagem como seu sobrinho-neto e no exercício do mesmo honroso cargo de comandar a Marinha de nossa pátria.

O seu tempo à frente de nossa instituição ensejou algumas realizações, cabendo citar a construção da Fábrica de Piquete, especializada na produção de pólvora e a remodelação da Esquadra. É interessante que, 90 anos depois, encontramos a Marinha do Brasil também em processo de remodelação, de reaparelhamento. A vida se faz e se repete. Raul Soares já se preocupava com a remodelação da Esquadra. Cito ainda, entre suas realizações, a renovação dos meios aeronavais, quando foi incorporado grande número de aeronaves à então recém-criada Força Aeronaval, e o reaparelhamento do Arsenal da Ilha das Cobras, hoje Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

À frente da Pasta da Marinha, demonstrou atributos que honram sua memória, quais sejam a correção, a probidade, a competência, a total dedicação aos interesses nacionais e aos objetivos fundamentais da Pátria. Além disso, fez valer a qualidade maior dos mineiros: a habilidade política. Assim, exerceu o seu cargo com equilíbrio, sobriedade, inteligência, sagacidade e lealdade. Dr. Raul Soares de Moura é um exemplo para nossa família e para mim, que hoje estou à frente da Marinha.

No livro de autoria de Afrânio de Carvalho, intitulado "Raul Soares, Um Líder da República Velha", fica muito clara a marca de sua gestão à frente da Pasta da Marinha. Cito: "Raul Soares iniciava assim sua passagem pela Marinha, onde seu prestígio continuaria a crescer como uma bola de neve, menos por causa de realizações materiais, que, em razão da brevidade do tempo, só podiam ser modestas" - e não foram modestas -, "do que das suas virtudes pessoais, que se projetaram rapidamente, tanto em atos de justiça e de disciplina como em outros de descortino administrativo, tendentes a programar, equilibrada e ordenadamente, em face da consideração global dos problemas, o aparelhamento da Marinha". Mais uma vez, vimos as histórias se repetirem em quase 90 anos.

"Cercado de elementos de escol, o Ministro adaptou-se prontamente ao novo posto e, contando com a colaboração de pessoal deveras excelente, pela dedicação e patriotismo, depressa logrou obter uma visão panorâmica da Marinha. Antes de tudo, sabia perfeitamente separar a sua função política e administrativa da função técnica e de comando do Estado-Maior, que jamais absorveria, a fim de não quebrar a unidade de doutrina. Depois, estava disposto a dar prosseguimento a tudo quanto merecesse tê-lo, pois uma das coisas que mais impressionavam seu espírito era a descontinuidade da obra administrativa no Brasil".

E continua o mesmo autor: "Aí está por que a oficialidade, em sua maioria, sentia-se orgulhosa de ter, à frente do Ministério, um homem que, embora afável e polido no convívio, era altivo, justo e bravo, encarnando assim as melhores virtudes militares".

Soube muito bem conciliar os interesses políticos que as circunstâncias da época exigiam para o bem da Pátria. Acresce ter sido discípulo do grande nacionalista que foi o Presidente Arthur Bernardes. Lamentavelmente, a morte o colheu prematuramente, aos 47 anos, no meio de seu mandato governamental, como já tive a oportunidade de citar.

Sr. Presidente, senhores parlamentares, senhoras e senhores, a Marinha do Brasil é grata pela homenagem que lhe é prestada. Como sobrinho-neto de Raul Soares de Moura, não tenho palavras para retribuir o reconhecimento e a exaltação da memória de tão honrado homem público.

Para concluir, só me resta revisitar a poesia do saudoso jornalista e escritor Roberto Drummond, que, em sua elegia ao que remanesceu do Mar Bambuí - o Rio São Francisco, o Velho Chico, o Rio da Unidade Nacional -, escreveu: "Minas não tem mar, mas Minas chega ao mar, abraça o mar, beija o mar, confraterniza-se com o mar e diz ao ouvido do mar: este rio que mandamos, mar-oceano, com o nome de um santo, é uma lembrança de Minas". Minas, "quem te conhece não te esquece jamais!" Obrigado.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir a Banda de Música da Marinha do Brasil, que, sob a regência do Mestre, Suboficial Fuzileiro Naval Ezequiel Cruz da Silva, executará as músicas "Cisne Branco", do 2º-Tenente reformado Bendito Xavier de Macedo e de Antônio Manuel do Espírito Santo; "Barão do Rio Branco", de Francisco Braga; e "Peixe Vivo", com arranjo de Enéias Romano.

- Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Sr. Presidente

Exmo. Comandante da Marinha, Alte.-Esq. Júlio Soares de Moura Neto, é uma alegria imensa recebê-lo e a toda a corporação aqui presente nesta tarde de hoje, quando a Assembléia presta esta justa homenagem oriunda de requerimento iluminado do Deputado João Leite, apoiado por unanimidade nesta Casa. Cumprimento a Sra. Armanda e também a D. Lourença, que está diante de nós, nas pessoas de quem saúdo os familiares do nosso saudoso Raul Soares e a mulher mineira e brasileira. Quero homenagear ainda o Alte.-Esq. Álvaro Augusto Dias Monteiro, Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais; o V.-Alte. Gilberto Max Roffe Hischfeld, Comandante do Primeiro Distrito Naval; o Gen.-Div. José Mário Facioli, Comandante da 4ª Região Militar do Exército, Marinha e Aeronáutica, as três forças que formam a nossa defesa nacional; o Maj.-Brig.-Ar Antônio Franciscangelis Neto, Comandante do Ciaar; o Exmo. Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, amigo Eduardo Carone Costa, que nos honra bastante com sua presença, representando o nosso Tribunal de Contas; o grande Vereador e amigo Totó Teixeira, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte - esta Casa sente-se honrada com a presença do Legislativo Municipal -; meu prezado amigo, dileto companheiro desta Casa - estou aqui há três mandatos, e ele, há quatro -, experiente, brilhante e vibrante Deputado João Leite. Sempre digo que somos iluminados por Deus. V. Exa. desta vez foi, brilhantemente, autor do requerimento que deu origem a esta reunião.

Cumprimento as demais autoridades, todos os presentes, e essa banda extraordinária que, com as três músicas, "Cisne Branco", "Barão do Rio Branco" e "Peixe Vivo", deu-nos tranqüilidade para tolerar mais 5 minutos da minha fala. Meus amigos, quero cumprimentar também os funcionários da nossa TV Assembléia, que leva a imagem do Legislativo a todo o Estado de Minas Gerais, e todos aqui presentes.

Serei breve, e quero dizer que Minas não tem mar realmente. Mas teve Raul Soares e tem agora o Alm.-Esq. Júlio Soares, Comandante da Marinha, conterrâneos que nos alegram e nos engrandecem pelos grandes serviços prestados a nossa força naval e ao Brasil no passado e no presente. Além das águas, das nossas milhas marítimas, é também missão da nossa Marinha defender nossas riquezas marítimas, como os peixes, o petróleo, e tantas outras que temos nos nossos mares. Essa valorosa Corporação trabalha diuturnamente em defesa dessas riquezas e também da soberania nacional, que causa tanto orgulho a todos nós. Queremos agradecer-lhes o trabalho incessante que os senhores desempenham em todas essas atividades.

Amigo João Leite, parabéns pelo seu requerimento, como eu disse, apoiado por unanimidade e que se traduz no reconhecimento permanente ao voloroso Ministro Raul Soares, mineiro de Ubá, que saiu das nossas terras, embora sem mar, mas terras do coração do Brasil.

Hoje o povo mineiro, por meio da Assembléia Legislativa, faz justiça ao grande mineiro Raul Soares, mediante esta extraordinária homenagem.

À nossa Marinha, aos seus homens e mulheres merecedores do nosso respeito, o eterno reconhecimento desta Casa e do povo mineiro pelo trabalho que realiza em benefício do nosso país, da nossa segurança, e também da soberania e da vida do povo brasileiro. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 7, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 11ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 7/4/2008

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Luiz Humberto Carneiro - Exibição de vídeo - Entrega de placa - Palavras do Sr. Antônio do Carmo Neves - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

José Henrique - Ademir Lucas - Antônio Carlos Arantes - Luiz Humberto Carneiro - Vanderlei Jangrossi.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Antônio Carlos Arantes, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Antônio do Carmo Neves, Superintendente do Senar Minas; Daniel Kluppel Carrara, Secretário Executivo do Senar Nacional; João Roberto Puliti, Diretor-Tesoureiro da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais - Faemg -; Roberto Constantini Sobrinho, representando o Presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA -; e Deputado Luiz Humberto Carneiro, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença dos Exmos. Srs. José do Carmo de Oliveira Marques, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Jaboticatubas; Anfilóbio Salles Martins, Presidente da Fundação ArcelorMittal Acesita; José Aílton Junqueira de Carvalho, Presidente da Coopifor; Júlio Pereira, Presidente do Sindicato Rural de Montes Claros; Maurício Cruz Homem, Presidente do Sindicato Rural de Várzea da Palma; e Marcos de Abreu e Silva, Diretor da Faemg.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Senar Minas.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pelo saxofonista Dado Prates.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Luiz Humberto Carneiro

Exmo. Sr. Deputado José Henrique, Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, representando aqui o Presidente em exercício, Deputado Doutor Viana; caro Superintendente do Senar Minas, nosso companheiro Antônio do Carmo Neves; meu caro Secretário Executivo Nacional do Senar, Daniel Klüppel Carrara; meu caro Diretor-Tesoureiro da Faemg, João Roberto Puliti; Sr. Roberto Constantini Sobrinho, representante da CNA; técnicos, agrônomos, educadores do Senar, Presidentes de sindicatos rurais, produtores, equipe do Senar presente, meus caros parlamentares Deputados Vanderlei Jangrossi, Presidente da Comissão de Agricultura desta Casa; Antônio Carlos Arantes, grande guerreiro do setor rural; Ademir Lucas, parceiro de todas as horas, senhoras e senhores; a homenagem que prestamos aqui hoje ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Minas Gerais - Senar Minas - é o justo reconhecimento da importância dessa entidade cuja história é marcada pelo compromisso com o desenvolvimento econômico e social do homem do campo.

Atuando em duas frentes, a formação profissional rural e a promoção social, o Senar Minas contribui para a profissionalização, integração na sociedade, melhoria da qualidade de vida e para o pleno exercício da cidadania do homem rural. Essa ação é essencial para estimular a permanência do homem no campo, despertando o seu interesse e incentivando-o a produzir mais, trabalhando melhor. Em outras palavras, o Senar Minas acredita na atividade rural, acredita e valoriza o trabalho do homem do campo e acredita que é no campo que o Brasil tem a sua maior riqueza.

Criado no dia 7/4/93, o Senar Minas comemora hoje seus 15 anos de existência. O Senar é jovem, mas forte. Está consolidado e ocupou um importante espaço junto à sociedade. Neste período, já promoveu a capacitação e a inclusão social de mais de 700 mil produtores e trabalhadores rurais em nosso Estado. Além disso, são realizados programas para setores específicos como o Programa Semeando, direcionado aos alunos do ensino fundamental da rede pública, mostrando aos estudantes a relação entre o campo e a cidade.

Programas como o Semeando valorizam os produtores e os trabalhadores rurais conscientizando toda a sociedade sobre o seu papel no desenvolvimento econômico, social e sustentável do nosso Estado, do nosso país.

São 300 instrutores autônomos capacitados na metodologia de ensino da formação profissional rural e da promoção social que levam conhecimento às fazendas, às pequenas propriedades, aos assentamentos da reforma agrária e a todos os locais em que haja gente com vontade de aprender e aumentar o seu ganho. O grande diferencial é que o Senar Minas vai aonde o agricultor está, não importa que sejam grandes produtores ou trabalhadores rurais. O objetivo é capacitar e promover a inclusão social de todos aqueles que estão lá plantando, trabalhando a terra, criando, enfim, produzindo e gerando riquezas. O emblema do Senar Minas é "Aprenda a fazer fazendo". O conhecimento é praticado próximo à realidade.

No Senar, mulheres, homens, jovens e as famílias encontraram apoio para sua expectativa de crescer, de produzir e de gerar renda. O Senar Minas permite que eles sonhem com um futuro melhor, mas que será resultado da força do trabalho de cada um, da força do campo e da força do aprendizado.

Além de contribuir para o aumento da renda do homem do campo, o Senar Minas diminui o gasto da produção, uma vez que o produtor e o trabalhador capacitados vão empregar melhor os recursos. Um exemplo disso é o conhecimento da técnica de aplicação de fertilizantes e agrotóxicos que reduz a quantidade utilizada gerando economia para quem está plantando. A população também se beneficia, uma vez que vai consumir alimentos mais saudáveis, resultado da profissionalização e eficiência do campo.

Embora os investimentos na agricultura ainda sejam pequenos, é certo que atualmente boa parte da sociedade e do poder público reconhece a importância da agricultura para o desenvolvimento do Brasil. O desempenho da agricultura brasileira está entre os melhores do mundo por sua eficiência, pela aplicação da tecnologia adequada e pela compreensão do seu papel no mercado econômico. Nos últimos dez anos a safra nacional cresceu 76% e gerou um superávit acima de US\$25.000.000.000,00, sendo o maior suporte da nossa economia.

Em 1991, Minas Gerais produziu 6.000.000t de grãos em 3.000.000ha. A expectativa é que em 2008 a produção chegue a 9.700.000t em uma área de apenas 2,8 milhões de hectares. Ou seja, a área de cultivo diminuiu e a produção aumentou. Isso significa que está sendo utilizada mais tecnologia e que os produtores rurais estão mais capacitados. Além disso, o PIB do agronegócio mineiro de 2007 cresceu mais de 8% em relação ao de 2006 e representa 26,9% do PIB total do Estado e 11,3% do nacional.

Fica uma pergunta: como o setor cresceu se ainda há tanta carência de investimentos? Não tenho dúvida ao dizer que um dos fatores é a organização dos nossos sindicatos, dos produtores, dos trabalhadores rurais, da Faemg, que, frente aos desafios, não desanimaram, e sim buscaram alternativas para o fortalecimento. O Senar Minas é um exemplo disso.

Mas uma instituição é feita da vontade e do sonho de pessoas que acreditam e que têm compromisso com o seu trabalho. Por isso, esta é uma homenagem a todos os técnicos, instrutores e profissionais do Senar Minas. Quero que vocês saibam que o Legislativo mineiro e a sociedade que representamos reconhece a importância de cada um de vocês para a valorização do homem do campo e da nossa agricultura. Cumprimento cada um de vocês na pessoa do nosso companheiro Antônio do Carmo, que há dois anos assumiu a superintendência do Senar dando continuidade a esta história de sucesso.

Não posso deixar de lembrar neste momento o nosso querido e saudoso Antônio Ernesto de Salvo, que nos deixou há dois anos. Ele é um dos

grandes responsáveis pela criação do Senar e pelo modelo de capacitação participativo e próximo ao homem do campo. À frente da CNA ele lutou, na época da Constituinte de 1988, para que a profissionalização rural fosse desvinculada do Ministério do Trabalho e fosse gerenciada pelas nossas entidades patronais. Esse foi o grande passo, foi um passo fundamental para que as necessidades de treinamento e de aperfeiçoamento dos produtores e trabalhadores rurais fossem atendidas, respeitando-se a cultura e o modo de vida do homem do campo. Antônio Ernesto de Salvo, esta homenagem também é sua.

Ainda quero aqui destacar o trabalho, a força de vontade e o arrojamento do nosso querido Roberto Simões, Presidente da Faemg, Vice-Presidente da CNA, Superintendente do Senar por mais de 10 anos e Presidente do Sebrae, ao lado de outro grande companheiro, que é nosso querido Gilman Viana Rodrigues, também ex-Presidente da nossa Faemg, Vice-Presidente da nossa CNA, ex-Presidente do Sebrae e hoje, para felicidade do povo mineiro, Secretário de Agricultura de Minas Gerais. Eles não estão aqui hoje, mas não poderíamos nunca nos esquecer dessas pessoas, até porque, ao lado do Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho, e do Vice-Governador, o nosso Prof. Anastasia, estão em uma viagem internacional na busca de investimentos, parcerias e negócios para que Minas Gerais se desenvolva cada dia mais.

Já tomei muito o tempo de todos, mas gostaria de, mais uma vez, lembrar da pessoa do Gilman Viana, que utiliza sempre uma expressão conhecida por todos nós: "Sem o agricultor, o Brasil quebra". E o Senar sabe disso. Parabéns.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo institucional do Senar Minas.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Entrega de Placa

O locutor - Neste instante, o Deputado José Henrique, 2º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, representando o Presidente em exercício, Deputado Doutor Viana, fará a entrega ao Sr. Antônio do Carmo Neves, Superintendente do Senar Minas, de placa alusiva a esta homenagem. A placa contém os seguintes dizeres: "O trabalho realizado em prol das comunidades rurais representa uma contribuição valiosa para o desenvolvimento de toda a sociedade ao promover a justiça social, a ampliação da democracia e o fortalecimento da agricultura. Essa é a nobre missão que vem sendo abraçada com excelência pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, um verdadeiro e grande desafio assumido com competência e seriedade. A homenagem da Assembléia Legislativa ao Senar Minas pela constante assistência prestada ao homem do campo e pelas importantes conquistas alcançadas para a população rural. ".

O Sr. Presidente - Convido o autor do requerimento, Deputado Luiz Humberto Carneiro, para me acompanhar na entrega da placa.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Antônio do Carmo Neves

Exmo. Sr. Deputado José Henrique, Presidente desta reunião; meu colega Daniel Klüppel Carrara, Secretário Executivo do Senar Nacional; colega de casa João Roberto Puliti, Diretor-Tesoureiro da Faemg; Roberto Constantini Sobrinho, representante da CNA; Deputado Luiz Humberto Carneiro, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem. Boa noite, senhoras e senhores.

A presença de vocês nesta solenidade muito nos alegra. Fazemos um agradecimento especial ao Deputado Luiz Humberto Carneiro, por apresentar requerimento possibilitando a realização desta reunião especial e pelas palavras carinhosas com as quais nomeou o Senar Minas. Recebemos esta homenagem num momento muito oportuno. Exatamente hoje o Senar Minas completa 15 anos de criação e de serviços prestados à agropecuária mineira. A vocação rural da economia do País, especificamente de Minas Gerais, é motivo de orgulho para nós, do Senar, pois somos privilegiados por ter a oportunidade de contribuir para a formação profissional e a promoção social dos trabalhadores, produtores rurais e seus familiares neste querido Estado. Felizmente, ficou no passado a idéia de que o campo era visto como sinônimo de atraso e de que somente nas cidades era depositada a esperança do futuro promissor. O encontro entre a eficiência produtiva e administrativa permitiu o avanço tecnológico que alterou a trajetória da agropecuária. Os produtos passaram a ter valor agregado, e com isso houve a redescoberta da força do campo. O Brasil, segundo a revista "Guia Exame 2005", já é o terceiro maior exportador de produtos agrícolas, competindo no mercado global não mais com nações subdesenvolvidas, mas com os Estados Unidos, União Européia e outros. Assim, mostrou que é capaz de competir, mesmo sem subsídio. As barreiras entre o setor agrário, industrial e de serviços não existem mais. Tudo está interligado. No Brasil contemporâneo, o agronegócio representa terra fértil que alimenta o ciclo virtuoso de progresso para o País. Mesmo enfrentando problemas de infra-estrutura, pressões ambientais, barreiras sanitárias, fiscais e trabalhistas e o enfraquecimento do dólar, o agronegócio vive um período de expansão, proporcionando uma respeitável contribuição para a economia do País. Pode-se reunir uma série de motivos para a virada do agronegócio – mundo em crescimento, entrada no mercado global, milhões de pessoas que entraram no processo de consumo de alimentos por via da China, da Índia - todos reais.

Porém, não podemos desconhecer a enorme modernização pela qual o setor vem passando, na qual Minas Gerais tem uma posição de destaque. Na cafeicultura, são evidentes os ganhos de produtividade e qualidade, sendo Minas o maior produtor de café do País. Na pecuária leiteira, com bom desempenho e ganhos de produtividade, Minas representa um terço da produção nacional, o que lhe garante ser também o maior produtor nacional. Atualmente, na lavoura de cana repousa a esperança do mundo para independência do petróleo, quando se tem o etanol como um produto substituto.

Como vimos na apresentação do vídeo e nas palavras do Exmo. Sr. Deputado Luiz Humberto Carneiro, o trabalho do Senar Minas é motivo de orgulho para todos nós. Estamos buscando, no âmbito de nossa competência, ser parceiro do campo no seu caminho de expansão. Traduzir em números as realizações do Senar Minas significa compartilhar com todos os resultados de um trabalho, fruto da dedicação, esforço e talento da equipe de funcionários, instrutores que atuam junto às entidades conveniadas ministrando os treinamentos, mobilizadores, sindicatos de produtores rurais e outras entidades conveniadas, e também aos trabalhadores, produtores rurais e seus familiares, razão de ser do Senar. O Deputado Luiz Humberto Carneiro citou números, falou em mais de 700 mil pessoas já treinadas pelo Senar Minas, em 52.500 treinamentos realizados aos longo desses 15 anos. Só em 2007 foram 6.600 treinamentos com 97 mil participantes. Porém, apenas os números não traduzem as realizações do Senar Minas. É pouco diante das transformações que a entidade ajudou a concretizar. Nos últimos 15 anos, as mudanças ocorridas no agronegócio foram de velocidade e magnitude tais que, quando lembramos o início da nossa caminhada, parece que se passaram décadas. Naquele momento, eram poucos os que acreditavam no poder transformador da educação da população rural. Hoje já se sabe que a capacitação faz diferença quando se fala em qualidade, produtividade e competitividade. Minas Gerais, a cada ano, melhora sua "performance" produtiva, o Deputado Luiz Humberto Carneiro fez referência a essa "performance" mineira. Isso gera renda, gera empregos, gera riqueza e sustenta a demanda cada dia maior pela qualificação no meio rural, seja na mão-de-obra, seja na gestão da propriedade. Mas não são apenas os números que representam as realizações do Senar. Chegam até nós depoimentos de inúmeras pessoas que tiveram a oportunidade, pela primeira vez, de fazer um curso, agregar novos conhecimentos na sua atividade, abrir a cabeça para novas possibilidades, ver um horizonte diferente na sua caminhada. No início do trabalho do Senar, o desafio era levar para o campo o que a instituição poderia fazer para ajudar o produtor a melhorar sua atividade. Hoje é ele que nos reporta para dizer qual a sua necessidade para que possa desenvolver o seu negócio. O Senar Minas buscou, ao longo desses 15 anos, incansavelmente, aprimorar sua atuação, seja através de capacitação dos

funcionários, dos mobilizadores e dos instrutores, seja na diversificação dos programas ofertados, seja na busca de parcerias que venham ao encontro dos seus objetivos.

Percebemos que, ao atender cadeias produtivas, aos programas de entidades privadas e também governamentais, ajudamos a fortalecer a nossa presença na sociedade e a multiplicar resultados, buscando abranger maior número de pessoas. Como exemplo cito a nossa parceria com o Sistema Sicoob Crediminas na execução de programas de gestão com qualidade em campo. Na mesma linha, desenvolvemos parceria com usinas ligadas ao Sindicato das Indústrias do Açúcar e do Alcool de Minas Gerais. Neste ano, vamos atender 15 mil trabalhadores rurais dentro do Programa Cana Limpa, especialmente das regiões do Triângulo Mineiro e Sudoeste do Estado.

Acabamos de assinar convênio com o Instituto Cenibra para capacitar cerca de 3 mil funcionários das empresas terceirizadas que prestam serviço à fábrica de celulose.

Temos, ainda, parceria com a Associação dos Bataticultores do Sul do Estado de Minas Gerais - Abasmig -, cujo convênio prevê a realização de 60 treinamentos para aplicadores de agrotóxicos. A estimativa é de que 720 trabalhadores rurais das culturas da batata e morango participem dos cursos em 30 cidades do Sul de Minas, na região de Pouso Alegre.

No fim do ano passado firmamos convênio com a Subsecretaria de Administração Prisional para profissionalizar presos através de cursos de formação profissional rural, buscando a sua reintegração à sociedade. Temos também parceria com a Secretaria de Esportes e da Juventude, que qualifica jovens entre 18 e 24 anos. De 2004 até hoje, foram mais de 70 mil jovens treinados.

Realizamos, juntamente com a Faemg, com o apoio do governo de Minas, por meio das Secretarias de Educação e de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Sustentável, o Programa Semeando, maior programa de educação ambiental do Estado. Arrisco até a dizer o maior programa de educação ambiental do País. Iniciado em 2001, com 50 mil alunos do ensino público fundamental de 50 Municípios da Zona da Mata e do Sul de Minas, em 2008 abrangerá 3 milhões de escolares nos 853 Municípios mineiros. O Programa foi criado para mostrar a inter-relação existente entre campo e cidade.

Acreditamos na educação como um instrumento transformador do ser humano. Ao levar a educação ao meio rural, o Senar Minas contribuiu para a transformação da sociedade, pois não há cidades sem o campo. Como disse o filósofo José Arthur Giannotti, "o importante da educação não é apenas formar um mercado de trabalho, mas formar uma nação".

Esta homenagem, Sr. Deputado Luiz Humberto, muito nos honra e aumenta, ainda mais, o nosso compromisso com o desenvolvimento do agronegócio mineiro. Em nome de todos aqueles que fazem o Senar Minas, os funcionários, as entidades conveniadas, os sindicatos de produtores rurais, os mobilizadores e os instrutores, o nosso muito obrigado.

Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. Antônio do Carmo Neves, Superintendente do Senar Minas; Daniel Klüppel Carrara, Secretário Executivo do Senar nacional; João Roberto Puliti, Diretor-Tesoureiro da Faemg; Roberto Constantini Sobrinho, representando a CNA; Deputado Luiz Humberto Carneiro, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem. Cumprimento todos os funcionários e professores do Senar, os demais representantes da Faemg, Presidentes dos sindicatos rurais, toda a família ligada ao ramo da agricultura e do agronegócio. Cumprimento também o Deputado Vanderlei Jangrossi, Presidente da Comissão de Política Agropecuária, os Deputados Antônio Carlos Arantes e Ademir Lucas, as senhoras e os senhores.

O meio rural mineiro tem neste dia 7 de abril uma data a ser devidamente comemorada. Por isso celebramos hoje os 15 anos de criação do Senar Minas, entidade nascida em 1993 e vinculada à Faemg. Desde então, vem o Senar gratuitamente promovendo cursos e eventos que profissionalizam e melhoram a qualidade de vida de nossa população rural. Toda essa comunidade vem-se tornando mais capacitada a atender, pela educação, à demanda gerada pela modernização e pelo desenvolvimento que vem ocorrendo no setor.

Respondendo às mudanças percebidas no mercado de trabalho rural, detectando novas prioridades e necessidades, o nosso Senar tornou-se, em tão breve espaço de tempo, uma referência para todo o País.

A agricultura, não só em Minas como no restante do Brasil, constitui, associada à pecuária, à silvicultura e à agroindústria, um dos setores que mais empregam mão-de-obra. T tamanha força de trabalho necessita treinamento adequado e atualizado para que, rapidamente, responda às tendências de um mercado que é cada vez mais importante nas relações econômicas mundiais, em face da crescente demanda de alimentos, responsável, em grande parte, pelo atual momento de crescimento econômico do País.

Representando uma das mais arraigadas vocações de Minas Gerais, o setor de agronegócios convive tanto com as atividades tradicionais quanto com as mais recentes, como a fruticultura, a floricultura e o turismo rural, sempre com a participação importante da agricultura familiar.

Setores como o sucroalcooleiro, o cafeeiro e o de pecuária leiteira são hoje grandes clientes do Senar Minas, demandando programas de qualificação profissional que também abrangem questões ambientais, de saúde e de segurança do trabalho.

Da importante tarefa de promoção social dos trabalhadores rurais e de seus familiares, faz parte o estímulo ao artesanato, com a utilização de matérias-primas locais e recicladas.

O perfil do profissional do campo vem mudando, por meio de uma decisiva assistência na gestão da propriedade, priorizando a qualidade e a redução de custos, e com a simultânea formação de novas lideranças, voltadas ao empreendedorismo.

A cidadania rural efetiva-se não só por melhores ofertas de educação e saúde como pelo acesso ao lazer e à cultura pelos moradores do campo. Assim, dois dos programas oferecidos à população têm-se mostrado fundamentais, não só por elevar a auto-estima dos cidadãos beneficiados como por conduzir à responsabilidade ambiental e a uma utilização mais adequada dos nossos recursos naturais.

O Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos vem contribuindo para a erradicação do analfabetismo em Minas, ao mesmo tempo em que possibilita uma participação mais apropriada dos jovens nos cursos profissionalizantes.

Já o Projeto Semeando representa o maior programa de educação ambiental em curso em nosso Estado, proporcionando uma importante reflexão sobre o desenvolvimento sustentável. Para atender todos os nossos 853 Municípios, neste ano deverá envolver 3 milhões de alunos e 150 mil professores do ensino público fundamental. O tema do Projeto Semeando para 2008 não poderia ser mais apropriado: "Ética, cidadania

e meio ambiente".

Portanto, o meio rural de Minas Gerais, com a excepcional contribuição do Senar Minas, vem experimentando uma verdadeira revolução silenciosa, pela ampla disseminação do conhecimento que acompanha a capacitação técnica em um contexto de transformação social envolvendo uma economia globalizada.

A fixação do homem no campo requer a criação de oportunidades e a instrumentalização da força de trabalho, ao mesmo tempo em que evita os graves problemas de empobrecimento e violência que vêm, nas últimas décadas, tornando o meio urbano submetido a um inchaço difícil de ser controlado.

Essa percepção de nossa realidade e o grande esforço despendido em todas as linhas de frente foram os trunfos mostrados pelos dirigentes da entidade nesta ainda curta, mas proveitosa história.

Temos a convicção de que um novo capítulo da vida de Minas Gerais está sendo construído graças a esse gigantesco trabalho abrangendo nossos produtores e trabalhadores rurais, seus sindicatos e os profissionais terceirizados envolvidos na condução dos diversos processos educativos que têm como principal finalidade a consecução da qualidade total.

Nossos reiterados cumprimentos à Faemg e ao Senar Minas pelo empenho e eficiência com que têm mudado o perfil de nossa população rural. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de amanhã, dia 8, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 8/4/2008.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 2/4/2008

Às 9h27min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Hely Tarquínio, Carlos Pimenta, Doutor Rinaldo e Ruy Muniz, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Délio Malheiros. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Rinaldo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a ampliação da cobertura dos planos de saúde e comunica o recebimento do seguinte ofício do Deputado Antônio Júlio, que encaminha correspondência do Prefeito Municipal de Martinho Campos, dispoendo sobre constantes problemas na implantação do SUS Fácil naquele Município. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.137/2008, em turno único, para o qual designou relator o Deputado Hely Tarquínio. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Jorge Luis Carvalho, médico especialista de Regulação da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, representando o Sr. Fausto Pereira dos Santos, Diretor-Presidente da ANS; Paulo Cezar Neves Marques, Promotor de Justiça de Saúde; Emerson Fidélis Campos, Presidente da Federação da Unimed em Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente como autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a fazer as suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Délio Malheiros, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir providências preventivas e de combate ao mosquito "Aedes aegypti", causador da dengue, bem como o plano de ação do Estado com vistas a debelar a doença; Carlos Pimenta (5) em que solicita seja realizada audiência pública com vistas a se discutir a prevenção e o combate à dengue no Estado; seja realizada reunião conjunta desta Comissão e da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, para debater a preocupante questão do consumo excessivo de sacolas plásticas; seja encaminhado ofício ao Secretário de Estado de Saúde, solicitando a celebração de convênios com o Município de Riacho dos Machados, com vistas à construção de duas UBS rurais nos povoados de Queté e Peixe Bravo, áreas endêmicas de doença de Chagas; sejam encaminhados ofícios à Copasa-MG e à Setop solicitando gestões com vistas à promoção de trabalho emergencial para saneamento dos sete córregos e rios que cortam a cidade de Pedra Azul, responsáveis pelas epidemias de cólera (2006) e dengue (2008); seja encaminhado ofício ao Secretário de Estado de Saúde solicitando esclarecimentos acerca do Programa de Urgência e Emergência de Minas Gerais, principalmente o apoio às regiões do Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Mucuri. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2008.

Carlos Mosconi, Presidente - Doutor Rinaldo.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 9/4/2008

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 342/2007, do Deputado Doutor Viana, que estabelece diretrizes para facilitar o acesso de pessoa portadora de deficiências física e visual ou com mobilidade reduzida em espaço público no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas 1a 3, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, apresentadas pela Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 4, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 37/2007, do Governador do Estado, que extingue cargos de provimento em comissão do Quadro Específico de Pessoal da Advocacia-Geral do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.583/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.940, de 29/12/2003, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado de Minas Gerais - TFAMG - e dá outras providências. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 89/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que proíbe a venda e o consumo de bebida alcoólica nas dependências de estádios de futebol das administrações públicas direta e indireta do Estado nos dias de jogos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Segurança Pública.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 521/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel que descreve ao Município de Passa- Tempo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.402/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.566, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pavão o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.431/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Diamantina o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.686/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição da Barra de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 612/2007, do Deputado Weliton Prado, que dispõe sobre o financiamento para a formação de cooperativas com a finalidade de coletar materiais inorgânicos passíveis de reciclagem. A Comissão de Turismo opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 973/2007, dos Deputados Fábio Avelar e Adalclever Lopes, que institui diretrizes para a medição individualizada do consumo de água nas edificações prediais verticais ou condominiais, residenciais, comerciais e de uso misto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.673/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Taiobeiras o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.674/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carangola o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.675/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Brasília de Minas os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.682/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Varginha o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.806/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER - MG - a doar ao Estado de Minas Gerais o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.690/2007, do Deputado Carlos Mosconi, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Poços de Caldas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.828/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem - DER - MG - a doar ao Município de Ouro Fino o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 952/2007, do Deputado Roberto Carvalho, que dispõe sobre a Bolsa Verde, o Programa de Identificação, Catalogação e Preservação de Nascente de Água no Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Meio Ambiente.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.329/2007, do Deputado Inácio Franco, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pará de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.504/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Alpinópolis. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.680/2007, da Deputada Maria Lúcia Mendonça, que altera a Lei nº 16.669, de 8/1/2007, que estabelece normas para a adoção de material didático pelos estabelecimentos de educação básica da rede particular e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 3, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.162/2008, do Deputado Vanderlei Miranda, que acrescenta parágrafo ao art. 12 da Lei nº 14.870, de 16/12/2003, dispondo sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como organização da sociedade civil de interesse público - OSCIP. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h15min DO DIA 9/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.950/2007, do Deputado Célio Moreira. No 1º turno: Projetos de Lei nºs 232/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.762/2007, do Deputado Gilberto Abramo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.038/2008, do Deputado Deiró Marra; 2.062/2008, do Deputado José Henrique; 2.057/2008, do Deputado Bráulio Braz.

Requerimentos nºs 2.066 e 2.134/2008, do Deputado Doutor Viana; 2.129/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.142/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 9/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater demissões sumárias ocorridas na Fundação Mineira de Educação e Cultura - Fumec - bem como a crise na instituição

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 9/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.118/2008, do Deputado Eros Biondini.

Requerimento nº 2.144/2008, do Deputado Padre João.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 9/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 16/2007, do Deputado Eros Biondini; 392/2007, do Deputado Antônio Júlio; 1.803 e 1.885/2007, do Deputado Leonardo Moreira; 1.978/2008, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 9/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 9/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15h30min DO DIA 9/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 578/2007, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 999/2007, do Deputado Tiago Ulisses; 1.754/2007, da Deputada Rosângela Reis; 2.009/2008, do Deputado Hely Tarquínio; 2.056/2008, do Deputado Bráulio Braz; 2.066/2008, do Deputado Eros Biondini; 2.067/2008, do Deputado Padre João; 2.099/2008, do Deputado Eros Biondini; 2.105/2008, do Deputado Carlin Moura; 2.108/2008, do Deputado Paulo Guedes.

Requerimentos nºs 2.104, 2.111 e 2.112/2008, da Comissão de Participação Popular; 2.132/2008, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 horas DO DIA 9/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.133/2008, do Deputado Doutor Viana; 2.137/2008, do Deputado Sebastião Helvécio; e 2.157/2008, do Deputado Domingos Sávio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 9/4/2008, destinada à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; na 2ª Fase, à apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 37/2007, do Governador do Estado, que extingue cargos de provimento em comissão do Quadro Específico de Pessoal da Advocacia-Geral do Estado e dá outras providências; dos Projetos de Lei nºs 89/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr., que proíbe a venda e o consumo de bebida alcoólica nas dependências de estádios de futebol das administrações públicas direta e indireta do Estado nos dias de jogos; 342/2007, do Deputado Doutor Viana, que estabelece diretrizes para facilitar o acesso de pessoa portadora de deficiência física e visual ou com mobilidade reduzida em espaço público no Estado de Minas Gerais; 521/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel que descreve ao Município de Passa-Tempo; 612/2007, do Deputado Weliton Prado, que dispõe sobre o financiamento para a formação de cooperativas com a finalidade de coletar materiais inorgânicos passíveis de reciclagem; 952/2007, do Deputado Roberto Carvalho, que dispõe sobre a Bolsa Verde, o Programa de Identificação, Catalogação e Preservação de Nascente de Água no Estado de Minas Gerais; 973/2007, dos Deputados Fábio Avelar e Adalclever Lopes, que institui diretrizes para a medição individualizada do consumo de água nas edificações prediais verticais ou condominiais, residenciais, comerciais e de uso misto; 1.329/2007, do Deputado Inácio Franco, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pará de Minas o imóvel que especifica; 1.402/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.566, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pavão o imóvel que especifica.; 1.431/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Diamantina o imóvel que especifica; 1.504/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Alpinópolis; 1.583/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.940, de 29/12/2003, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; 1.673/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Taiobeiras o imóvel que especifica; 1.674/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carangola o imóvel que especifica; 1.675/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Brasília de Minas os imóveis que especifica; 1.680/2007, da Deputada Maria Lúcia Mendonça, que altera a Lei nº 16.669, de 8/1/2007, que estabelece normas para a adoção de material didático pelos estabelecimentos de educação básica da rede particular e dá outras providências; 1.682/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Varginha o imóvel que especifica; 1.686/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição da Barra de Minas o imóvel que especifica; 1.690/2007, do Deputado Carlos Mosconi, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Poços de Caldas o imóvel que especifica; 1.806/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais a doar ao Estado de Minas Gerais o imóvel que especifica; 1.828/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais a doar ao Município de Ouro Fino o imóvel que especifica; e 2.162/2008, do Deputado Vanderlei Miranda, que acrescenta parágrafo ao art. 12 da Lei nº 14.870, de 16/12/2003, dispondo sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como organização da sociedade civil de interesse público; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 8 de abril de 2008.

Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente no exercício da Presidência.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 42/2008

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlos Pimenta, Dalmo Ribeiro Silva, Lafayette de Andrada e Vanderlei Jangrossi, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/4/2008, às 10h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 7 de abril de 2008.

Hely Tarquínio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação de Membro do Conselho de Defesa Social

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Sebastião Costa, Carlos Pimenta, Dimas Fabiano, Lafayette de Andrada e Ronaldo Magalhães,

membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/4/2008, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente e de designar o relator.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2008.

Sebastião Costa, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação de Membro do Conselho Estadual de Educação

Nos termos regimentais, convoco as Deputadas Elisa Costa e Rosângela Reis e os Deputados Gilberto Abramo e Ruy Muniz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/4/2008, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2008.

Arlen Santiago, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.118/2008

Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Relatório

De autoria do Deputado Eros Biondini, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Chico Mendes - Grupo VI, com sede no Município de Arinos.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, e vem agora a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.118/2008 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Chico Mendes, com sede no Município de Arinos, que possui como finalidade precípua a defesa e preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico e artístico, além da promoção do desenvolvimento sustentável.

Visando ao bem-estar de seus associados, desenvolve atividades voltadas para a educação profissional e comunitária e a construção da cidadania, além de ações nas áreas da saúde, da segurança alimentar e nutricional, da assistência social, do combate à pobreza e do desenvolvimento econômico e social.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.118/2008 em turno único.

Sala das Comissões, 8 de abril de 2008.

Inácio Franco, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 3/4/2008

O Deputado Antônio Carlos Arantes* - Sr. Presidente, nobres colegas, telespectadores da TV Assembléia. Volto a esta tribuna para continuar falando a respeito do licenciamento ambiental. Realizamos aqui audiência pública a fim de debatermos sobre essa questão. Estivemos juntos com os Deputados Fábio Avelar e Domingos Sávio, com o governo, por intermédio do Secretário de Meio Ambiente e do Secretário Danilo de Castro, que nos prometeu que esse decreto sairia rapidamente. Estamos aguardando-o. Já cobrei por várias vezes à Secretaria de Meio Ambiente, de onde foi para a Seplag; da Seplag, vai para a Secretaria de Governo e para o Governador. Estamos aguardando e esperamos que haja avanços, pois José Carlos Carvalho, Secretário de Meio Ambiente, e José Cláudio, Presidente da Feam, admitiram que é impraticável, na essência; na prática, é inviável aplicar essa legislação onde ela tem de acontecer. Por isso, em virtude das pressões, do entendimento, da capacidade de assimilar as dificuldades, o governo pretende fazer a reformulação - temos percebido isso -, mas precisamos que seja feita rapidamente, porque os produtores rurais continuam sendo multados de forma que acreditamos indevida. O Secretário José Carlos disse - aliás está registrado em ata - que a legislação fala que primeiramente é feito um trabalho de conscientização, depois aplica-se uma penalidade mínima, e na reincidência é que se aplica uma multa mais pesada. Mas não é isso que está acontecendo. Isso nos preocupa, pois o meio rural está muito descapitalizado, sem recursos e ainda tendo de pagar multas. Isso acreditamos não ser o correto. Tem de haver, sim, uma legislação que proíba o desmatamento, o avanço da agricultura nas margens dos rios; que as nascentes sejam respeitadas, que replantem nessas nascentes. Estamos preocupados com o que estamos vendo. Esperamos, quanto ao novo decreto, que os técnicos do governo o elaborem de forma correta e não com tantas divergências: o Secretário diz uma coisa, o Igam outra, e a Polícia Florestal pratica outra. Isso tem sido prejudicial à sua elaboração.

O Deputado Fábio Avelar (em aparte)* - Deputado Antônio Carlos Arantes, companheiro do PSC, cumprimento-o por trazer à tona, nesta tarde, um assunto que tem preocupado a todos nós, parlamentares desta Casa. Tivemos a oportunidade de participar do seminário sobre licenciamento ambiental, o que V. Exa. bem lembrou. Ressalto que a participação de lideranças expressivas de todas as regiões do Estado nesse seminário foi muito importante. Aliás, todos demonstraram, de forma contundente, as arbitrariedades que estão sendo cometidas com a aplicação do Decreto nº 43.209, cujo teor já foi amplamente debatido nesta Casa.

Com a realização do seminário sobre saneamento ambiental, tivemos a oportunidade de participar, com V. Exa., de várias audiências públicas e constatamos, de maneira inequívoca, que esse decreto precisa ser revisto. O fato não foi constatado apenas por nós, parlamentares, como V. Exa. bem lembrou, mas também pelas principais lideranças do governo e pela Secretaria de Meio Ambiente, que comungam com a idéia de que o projeto deve ser revisto: primeiramente no que se refere ao valor das penalidades, considerado muito elevado, fugindo do princípio de sensibilização dos nossos produtores; em segundo lugar, porque a classificação das penalidades foi muito rígida.

A partir dessas audiências públicas, foi preparado pela Secretaria de Meio Ambiente o novo projeto. Não conhecemos ainda o seu teor, mas fomos informados pelo Secretário José Carlos, e até mesmo pelo Dr. Paulo Teodoro, de que todas as questões abordadas aqui foram apresentadas nesse novo projeto. Ou seja, houve uma nova revisão do processo de classificação das penalidades e do valor das multas aplicadas.

Como V. Exa. disse, houve grande demanda, principalmente dos pequenos produtores que participaram ativamente do nosso seminário. E, nessa oportunidade, o Secretário Danilo entendeu o drama vivido por todas aquelas pessoas que participaram do seminário e determinou que acionássemos imediatamente as Secretarias de Planejamento e de Fazenda para agilizarem a tramitação dessa proposta.

Esperamos que isso aconteça o mais rápido possível, porque são inúmeras as cobranças que estamos recebendo em nosso gabinete. Estamos ao seu lado, solidários ao seu apelo, e solicitamos ao governo, ao nosso Secretário, que agilizem a tramitação do projeto, para a tranquilidade de todos os produtores. Muito obrigado. Parabéns pelo pronunciamento! Conte conosco.

O Deputado Antônio Carlos Arantes* - Eu que agradeço. Esperamos que o novo decreto seja efetivado o mais rápido possível, a fim de termos calma no campo e facilidade para produzir, logicamente sem degradar o meio ambiente, pois esse não é o nosso objetivo.

Há também coisas boas acontecendo. O Projeto de Lei nº 952, o da Bolsa Verde, do Deputado Roberto Carvalho, é muito importante. Estou trabalhando muito nesse projeto para ajudar o Deputado Roberto Carvalho. Portanto peço também a ajuda de todos os companheiros, pois é um projeto importante, que vem, na hora certa, atender o produtor. Trata-se de uma forma de o poder público ajudar financeiramente o pequeno, o médio e, se possível, o grande produtor a preservarem as nascentes. Isso é fundamental. O projeto visa à preservação ambiental. Com isso, toda a sociedade ganhará.

As discussões têm evoluído muito. Aliás, como o projeto do Deputado Roberto Carvalho está, ele se limita muito aos beneficiários. E queremos criar mecanismos no projeto para que ele insira, o máximo possível, as pessoas que queiram fazer a proteção da sua nascente.

Nesta semana mobilizei alguns Deputados, a assessoria da Casa e a Faemg para buscarmos parcerias que possibilitem o aperfeiçoamento desse belo projeto.

Já procurei o Ministério Público Estadual e a assessoria da Assembléia para discutirmos outro grande problema que está acontecendo nos Municípios. Devido ao excesso de chuvas torrenciais, as estradas vicinais estão acabadas. Hoje, se um Prefeito vai retirar o cascalho, ele pode ser denunciado e pego pela polícia, e as máquinas, presas. Isso ocorreu no Município de Delfinópolis. Ônibus de estudantes ficam encravados nas estradas até as 3 horas da manhã; caminhões e carretas tombam nas estradas, mas, quando o Prefeito vai resolver o problema do atoleiro, a polícia chega e prende as máquinas, dizendo que está cumprindo a lei. É um absurdo! Será que a lei é cega, injusta e burra ou será que o cidadão não tem mais o direito de ir e vir em uma estrada de qualidade? Acionei rapidamente o IEF e o Secretário de Meio Ambiente; fomos muito bem recebidos e buscamos uma saída para que aquelas máquinas fossem liberadas. Mas o problema continua. Os Prefeitos estão apavorados. Não sabem se podem construir uma ponte, porque é preciso ter um licenciamento ambiental. A própria polícia fala que tem de ter o licenciamento, que tem de começar no Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM. Um licenciamento que passa pelo DNPM não sai antes de dois anos, e o produtor fica sem ter uma estrada de qualidade. Precisamos buscar entendimento, normatizar, procurar formas para que o produtor, o cidadão, o Prefeito possam retirar o cascalho. Pode-se retirar a parte orgânica, colocá-la de lado e, depois de se tirar o cascalho, recolocá-la, fazendo a recomposição. Então joga-se o superfosfato, o calcário, a semente, recuperando tudo novamente. Pode-se fazer também uma compensação ambiental. Se se retirou o cascalho de uma área de 1ha, preservam-se 2ha à margem de um rio, faz-se uma compensação numa mata ciliar. Não podemos ser inertes, engessados e burros; temos de ser capazes de buscar soluções para obstáculos que nos são difíceis de superar. O que nos falta, muitas vezes, é entendimento. Quero elogiar o Promotor Paulo Márcio, que, assim que tomou conhecimento da situação em Passos, colocou-se à disposição a fim de buscarmos uma forma de resolver o problema. Não podemos demorar.

Quando se fala em meio ambiente, em Bolsa Verde, quero falar aqui também que este é o momento de se discutir. Hoje, no jornal "Folha de S. Paulo", a própria Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, já está falando no Bolsa-Floresta. Criou-se uma legislação que falava na questão da reserva legal, e nesse ponto a lei deixava muito claro que essa reserva deveria ser implantada com recursos públicos. Agora o Presidente Lula, muito espertamente, com sua assessoria, fez uma mudança não sei por meio de que, foi embora para a China, e o Vice-Presidente assinou a mudança. Tirou a expressão "recursos públicos", deixando a questão para o produtor. Como o produtor pode destinar 20% da sua terra, nos quais faz a sua produção, a economia da família, para fazer reserva legal?

Na "Folha de S. Paulo" de ontem, saiu uma matéria sobre a agricultura americana, sobre os estoques em risco. Nunca se teve um estoque tão baixo. Lá, o governo federal banca para o agricultor não plantar e fazer uma área de preservação ambiental; porém, nessa situação, o produtor já está liberado para produzir naquela área. Não sou favorável a que se faça agricultura em áreas de preservação, porque temos muitas outras que podem ser preservadas. Sou contrário a se pegar uma área altamente mecanizável e transformá-la em mata. Temos áreas muito íngremes, de topografia acidentada, de campo ruim, que podem ser transformadas em áreas de preservação ambiental. Se formos analisar, no Brasil, devem somar mais de 50% do total as terras não aptas para a produção agrícola e para a pecuária. Temos de ter um zoneamento agroecológico para que essas terras, talvez a metade das terras brasileiras, sejam destinadas à preservação ambiental.

Terra plana, de qualidade, tem de ser para produzir alimento para quem precisa, para o povo pobre, que passa fome. Há, então, uma falta de compreensão. Às vezes nem se tendo boa terra isso é possível, porque faltam condições financeiras, uma vez que o produtor empobreceu.

Fizemos um debate importante aqui, com a presença de mais de 1.000 pessoas, para discutir o empobrecimento do produtor rural. Fomos aos Ministros e conseguimos fazer essa discussão. Na semana passada, o Presidente não foi feliz da forma como conduziu a questão, mas esperamos que nesta semana, devido às pressões dos Deputados, do Ministro Reinhold Stephanes, cheguemos a um acordo. Dessa dívida de R\$130.000.000.000,00, pelo menos R\$60.000.000.000,00 teriam de ser renegociados, a fim de que o produtor continuasse produzindo.

Encerro, Sr. Presidente, falando de uma questão muito positiva, não só para a minha região, mas também para o Estado inteiro. Refiro-me a um projeto muito importante do Governador Aécio Neves, o Minas Comunica, que chegou nesta semana a minha querida Jacuí, aos Municípios de São Pedro da União, de Bom Jesus da Penha, de Fortaleza de Minas, de São Tomás de Aquino e de Delfinópolis. Agora, o nosso povo

também poderá falar pelo celular, a exemplo do que ocorre nas grandes cidades. Graças a Deus, nesta semana várias dessas cidades já foram ligadas. O povo está muito feliz. Anteontem, recebi a primeira ligação do Prefeito Geraldo Magela, de Jacuí, e do João Arantes. O Prefeito ligou-me, por meio do celular, da minha querida Jacuí. Fiquei muito feliz.

Assim, aproveito para agradecer ao Governador Aécio Neves, ao nosso Vice-Governador Anastasia e a toda a equipe do governo que contribuiu para o desenvolvimento de Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público presente e da TV Assembléia, participamos, na tarde de ontem, de uma audiência pública da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para tratar da retomada do programa Luz para Todos, em Minas Gerais. Foi uma reunião concorrida. O Plenarinho estava lotado, com a presença de lideranças de muitos Municípios do interior do Estado, bem como de muitos Deputados, o que demonstra o interesse que o assunto desperta. Tivemos também representantes da Cemig, da Eletrobrás, do programa Luz para Todos, Coordenação Regional do Sudeste. Contamos com a presença do ex-Deputado Edson Rezende, hoje na coordenação do programa na região Sudeste, e do Marclio, Coordenador de Minas Gerais. Os movimentos sociais ali estavam representados pelos Sr. Vílson, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais - Fetaemg. Esse é um público diretamente relacionado com o programa.

Sabemos que o Luz para Todos está suspenso em Minas Gerais desde julho de 2007. Ontem, depois das explicações, das consultas e dos debates, tivemos um saldo final que passarei a relatar. A Cemig anunciou que o contrato finalmente está pactuado com a Eletrobrás. Os valores das ligações foram acertados em R\$7.900,00 por ligação. O total de ligações a serem realizadas, no período de um ano, após a assinatura do contrato, será de 55 mil.

A princípio pode parecer uma conquista muito significativa. O importante é que o programa será efetivamente retomado, e as ligações voltarão a ser feitas no interior do Estado. Mas precisamos ficar atentos aqui, nesta Casa.

Tenho a certeza absoluta de que todos os Deputados têm pelo menos uma parte de sua base que ainda precisa ser atendida pelo programa Luz para Todos. Dificilmente haverá nesta Casa um Deputado cuja base seja estritamente no meio urbano, que não tenha um público de relacionamento que demande o atendimento por esse programa.

Quero apresentar alguns números. A Eletrobrás, com a concordância da Cemig, apresenta um saldo de atendimento do Luz para Todos, no Estado, em torno de 114 mil, 115 mil ligações, de modo a concluir toda a demanda reprimida, sem contar o crescimento vegetativo no Estado de Minas Gerais. Na área da Cemig, essa demanda é de 92.500 ligações. Portanto, descontando-se as 55 mil ligações do contrato, chegamos ao número de 37.500 ligações que não serão cobertas pelo novo contrato.

A interrupção foi ocasionada por dificuldades de pactuação, de acerto, de questões negociais entre a Cemig e a Eletrobrás. Essas dificuldades fizeram com que, desde julho, tivéssemos o programa interrompido. O anúncio agora é que as obras serão efetivamente retomadas, depois de assinado o contrato, o que está previsto para o próximo dia 14, após ser realizada a licitação, a concorrência pública. As empresas vencedoras deverão instalar-se nas regiões, adquirir novamente os materiais e reiniciar as operações, o que só ocorrerá em julho.

Portanto, ficaremos exatamente um ano sem o atendimento do Luz para Todos. O risco, Srs. Deputados, é terminarmos as 55 mil ligações sem que tenhamos novamente um contrato articulado, acertado com antecedência, de modo a não permitir a interrupção. Não podemos admitir que, de novo, o programa seja suspenso, e isso já está anunciado.

Como disse ontem, durante a audiência pública, não se pode permitir que uma empresa de excelência como a Cemig, com o padrão de qualidade como ela apresenta, de porte internacional, cujos executivos poderiam perfeitamente prestar serviços em qualquer multinacional, não consiga antecipar-se ao final de um contrato de modo a não permitir que todo o seu grande público de relacionamento - clientes, empreiteiras, empresas contratadas, terceirizados, gestores públicos municipais ou estaduais - se tensionem com a empresa em vista da interrupção de um programa tão importante, da magnitude do Luz para Todos.

Não conseguimos entender o que aconteceu. Menos ainda, não foi possível compreender o porquê de a Cemig recolher um plano de obras que previa 75 mil ligações, que poderia, com um aditivo, atender ao conjunto da demanda reprimida no Estado. A Cemig recolheu esse contrato de 75 mil ligações e apresentou um novo, de 55 mil. Já se sabe que esse número não é suficiente para atender à demanda por antecedência. Não vamos admitir que regiões como a nossa - o Noroeste de Minas, o Norte de Minas, o Vale do Jequitinhonha, o Mucuri - as mais empobrecidas de Minas Gerais, que apresentaram a menor taxa de atendimento do Luz para Todos, continuem desassistidas.

Há riscos, Srs. Deputados.

Entre os compromissos da Cemig com a Eletrobrás, cita-se o pacto segundo o qual 70% das ligações, por serem feitas em Minas Gerais, estão concentradas nessas quatro regiões. A prioridade é começar pelos Municípios atendidos no Programa Territórios da Cidadania, exatamente no Noroeste, no Norte, no Jequitinhonha e no Mucuri. Portanto, no atual contrato, se de fato o compromisso de atender prioritariamente aos Municípios do Territórios da Cidadania for cumprido, não caberá outra demanda fora desse Programa. Diante disso, nobre Deputado Antônio Carlos Arantes, o que faremos com a demanda referente ao restante do Estado de Minas, que não está sendo atendida?

Este é um ano eleitoral, sabemos que as pressões por atendimento irão intensificar-se a partir do momento em que o Programa for efetivamente retomado. Vamos ficar numa disputa enorme de interesses também eleitorais, legítimos, de Minas Gerais, por que não dizer?, pressionando principalmente a Cemig, maior operadora do Estado, para atender às regiões. Dessa forma, convido todos os Deputados para realizarmos uma audiência nesta Casa e discutirmos com a Cemig a fim de convencê-la a não realizar apenas 25 mil ligações. Como se sabe, das 55 mil ligações previstas, somente 25 mil seriam realizadas neste ano.

Daqui a pouco, concederei aparte a V. Exa., Deputado Antônio Carlos Arantes. Quero apenas concluir meu raciocínio. A Cemig já demonstrou que possui muito mais capacidade de execução, considerando-se o que se propõe a realizar neste ano. Em 2006, realizou 104.861 ligações. Se a Cemig tem capacidade - e já demonstrou isso -, por que não realizar pelo menos as 55 mil ligações neste ano, a fim de diminuirmos essa pressão e recuperarmos o tempo perdido? Vai acontecer exatamente isso: nesse Programa, perderemos um ano.

Ressalto que reconhecemos, conforme salientado pelos representantes da Cemig, que estamos vendo só a demanda reprimida. É verdade que ninguém fala do grande feito da Cemig, qual seja o de realizar, do início do Programa, em 2004, até hoje, aproximadamente 180 mil ligações. É muito o que a Cemig fez? Sim. É preciso também reconhecer isso e louvar a companhia; todavia, não dá para admitir certas decisões. Em primeiro lugar, não se pode admitir que se interrompa por um ano um programa tão importante como o Luz para Todos; em segundo lugar, não se deve admitir que, num ano como este, em que houve muitas iniciativas para se retomarem as negociações, se faça um contrato muito aquém da demanda reprimida, já se sabendo que nem por meio de aditivo será possível atender a toda a demanda reprimida, sem considerar o

crescimento vegetativo. Além disso, correremos o risco de interromper novamente o Luz para Todos em Minas Gerais.

O Deputado Antônio Carlos Arantes (em aparte)* - Cumprimento o Deputado Almir Paraca pelo belo pronunciamento, já que o assunto tratado é muito importante neste momento, bem como pela audiência pública que realizamos ontem a requerimento de V. Exa., comandada pelo Deputado Weliton Prado.

Em primeiro lugar, conforme V. Exa. ressaltou, trata-se de um belo programa dos governos estadual e federal, que atende praticamente a 200 mil famílias. Isso é muito louvável; todavia, o que nos preocupa são as famílias mais carentes. Percebemos que, em virtude da falta de capacidade de mobilização e de proteção, muitas vezes até política, essas famílias foram excluídas. Não podemos admitir essa situação, pois, conforme sabemos, pessoas que inicialmente nem sequer estavam na lista usaram de esperteza, conseguiram passar na frente das demais e foram beneficiadas. Portanto, precisamos criar mecanismos de fiscalização, de proteção e de exigência a fim de que se cumpra a primeira programação, se cumpram os critérios, considerando-se aqueles produtores que vivem no campo há muitos anos.

Ontem conversei com um produtor que estava aqui e me disse: "Há 20 anos vivo no campo vendo a luz na minha região, agora achei que chegava à minha casa, mas não chegou". Precisamos ser parceiros e cobrar fortemente para buscar uma forma de solucionar os pedidos das primeiras pessoas que fizeram sua inscrição, que são as que mais precisam. Parabéns. Estamos junto nessa empreitada. Muito obrigado.

O Deputado Almir Paraca - Muito obrigado, Deputado. Ontem, na audiência pública, tivemos a presença de várias lideranças do interior. Nenhuma das cidades ali representadas está nas áreas do Territórios da Cidadania, que foram definidas, já sabemos, a partir dos indicadores sociais e econômicos, do IDH, os menores do Estado de Minas Gerais.

Quero, mais uma vez, repetir que está anunciada essa dificuldade que enfrentaremos. Eu e outras lideranças do Noroeste de Minas, do Norte de Minas, do Jequitinhonha e do Mucuri e Deputados da região iremos esforçar-nos e lutar para arrancar o cumprimento do compromisso assumido de priorizar os Municípios do Territórios da Cidadania. Lutaremos por isso, Deputado Getúlio Neiva, sem desconhecer a necessidade, também legítima, das demais regiões do Estado.

Acredito que a solução passa pelo esforço desta Casa junto à Cemig e ao Governador, para conseguirmos ampliar o número das ligações para 2008. Se possível, alcançando 55 mil ligações. A Cemig já demonstrou que tem capacidade para gerenciar muito mais do que isso, para que possamos antecipar as novas negociações para um novo contrato, e, aí sim, alcançar toda a demanda do programa Luz para Todos em Minas Gerais.

Fica aqui o convite para que, o mais rápido possível, retomemos essa discussão e trilhemos o caminho do pleno atendimento do Luz para Todos em Minas Gerais.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta* - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Sras. e Srs. Deputados, imprensa aqui presente e povo do nosso Estado, quero abordar dois assuntos nesta tarde que para mim são de extrema importância e merecem uma reflexão mais apurada por parte dos Deputados mineiros, da própria imprensa, do Governador do Estado, enfim, de toda a sociedade mineira.

O primeiro assunto é uma reportagem que foi apresentada pela "Folha de S. Paulo" no dia 23 de março, em que se retrata um estudo solicitado pelo Banco Mundial, o Bird, sobre as autorizações ambientais para a construção de barragens e hidrelétricas.

Eu, o Deputado Getúlio Neiva e outros Deputados temos batido na tecla de que a burocracia ambiental, tanto por parte de órgãos do governo federal quanto de órgãos do governo estadual, não só têm atrasado projetos fundamentais e importantes para o Estado de Minas Gerais e, de maneira muito especial, para a região do Norte de Minas, como também têm afastado e até espantado a iniciativa privada e os investidores que querem investir na construção de hidrelétricas e de barragens.

Essa reportagem nos mostra que o empreendimento demora 2.335 dias desde a apresentação do projeto ao Ibama até a liberação da licença de operação. Estamos falando de seis anos e meio. Esse é o prazo de tramitação de um projeto desde a sua apresentação até a fase de expedição da licença de operação. Quando o empreendedor apresenta o projeto, na primeira fase, espera 394 dias, que é o período de concessão do termo de referência que deve ser analisado pelo Ibama. Ou seja, entrega-se o projeto e espera-se mais de um ano para que esse órgão faça o estudo de viabilidade e analise se esse projeto é importante ou não, se a região tem condições de ter o empreendimento.

A segunda fase, que demanda mais 220 dias, cabe ao empreendedor, por meio da entrega do estudo de impacto ambiental. Normalmente, contrata empresas para fazer o estudo detalhado. Essa fase tem sido menor, porque é de interesse do empreendedor. Assim que o Ibama recebe o estudo de impacto ambiental, tem mais um ano, 365 dias, para conceder a licença prévia, que geralmente não sai antes desse prazo. Então, está tudo certo: o Ibama recebe o estudo de impacto ambiental e leva mais um ano para conceder a licença prévia. Após esse período, o empreendedor tem mais 144 dias, que é a quarta fase, para solicitar a licença de instalação. E o processo volta ao Ibama, que pede mais um ano para conceder tal licença. A última fase diz respeito à concessão da licença de operação.

Como se tudo isso não bastasse, essa burocracia danada desestimula qualquer tipo de iniciativa privada. Às vezes as pessoas querem investir. Órgãos importantes como o DNOCS e a Codevasf estão com 38 pedidos de licença ambiental junto ao Ibama, para construção de barragens importantíssimas para a região Norte de Minas. Além dessas dificuldades, o custo do licenciamento atinge 20% do valor do projeto. Nesse trâmite de seis anos e meio são consumidos 20% dos recursos do projeto.

Esse estudo feito pelo Bird mostra claramente que é necessário fazer uma reestruturação, um estudo, porque não é possível ter projetos importantes preparados há 10, 20 anos, prontos para serem executados... Se tudo correr bem, o prazo cai para seis anos e meio. Todo ano o governo federal disponibiliza recursos no Orçamento Geral da União, como aconteceu com as barragens de Berizal, Congonhas e Jequitaiá, no Norte de Minas. Os estudos não ficam prontos, pedem um documento, há atrasos. Parece que isso ocorre de forma proposital. E o dinheiro acaba sendo retirado do orçamento para Minas Gerais, sendo transferido para outra região, outros Estados onde não haja tamanha burocracia e se facilitem as coisas para a instalação de barragens.

Estou dizendo isso porque, no ano passado, vivemos uma seca de oito meses, com devastadores efeitos para o Norte de Minas, visto que ela acabou com praticamente 10% do rebanho norte-mineiro. O trabalhador rural não tem crédito nos bancos. Ele está devendo aos bancos oficiais - Bancos do Nordeste e do Brasil -, e não há nenhuma movimentação, apesar de toda a pressão feita pelas lideranças norte-mineiras - Deputados Estaduais e Federais - e da existência de 38 projetos que, se executados e liberados, e vencidas todas essas etapas burocráticas, com certeza absoluta vão mudar todo o panorama e toda a economia norte-mineira.

Faço esse desabafo em consequência das suspeitas de que a burocracia era muita; mas, quando vi esse estudo feito pelo Bird, estudo que foi apresentado pela "Folha de S. Paulo", comecei a notar e entender que não bastam só as questões políticas em relação aos órgãos executores: é

necessário que se "bole" alguma coisa ou que se faça um movimento para tentar diminuir esses prazos. Se tudo correr bem, serão seis anos e meio; se houver um "encrencado" no Ibama, uma pessoa que se ache superior a tudo e a todos, isto é, o dono da verdade, o onipotente e onipresente, o prazo para liberação dos projetos aumentará para 10, 12 e até 20 anos, como ocorre com a hidrelétrica de Jequitaiá.

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte) - Nobre Deputado Carlos Pimenta, eu o conheço bem faz alguns anos, mas não vamos contar os anos para não ficarmos muito velhos. V. Exa. vem lutando por Montes Claros, em defesa da nossa região. Essa queixa de V. Exa. não só é procedente como também emergente.

A questão da seca do Norte de Minas, que os senhores sofreram no ano passado e que continuam sofrendo ainda neste ano, deveria ter um caráter de excepcionalidade, ou seja, de decretação de situação de emergência ou de calamidade, para se prever a possibilidade de que projetos dessa natureza passem por cima da "burocracia". Isso não é burocracia, é "burocracia".

O Brasil não conseguirá andar para a frente se continuarmos com essa legislação alemã. É preciso criarmos uma legislação para a realidade brasileira. Essa legislação que aí está foi importada da Alemanha, da realidade da Europa pós-guerra, não é para um país novo como o Brasil, que precisa desenvolver-se.

Veja, V. Exa., os números. A China consegue aplicar 8% do PIB em infra-estrutura, enquanto o Brasil não consegue aplicar mais que 2%. Ficamos sem infra-estrutura hídrica, de transporte, aeroportuária, por isso temos de mudar esses critérios. Todos os Deputados mineiros, incluídos os da bancada federal mineira, entendem que há necessidade de se fazerem mudanças na legislação ambiental.

Deputado Carlos Pimenta, a sua região e também a minha - sem nos esquecermos, é claro, de um pedaço da região do Deputado Almir Paraca - estão incluídas no programa da Copanor, para receber rede e estação de tratamento de água e esgoto em Distritos e povoados pequenos, com 200, 300, 400, 1.000 pessoas e em cidades com menos de 5 mil habitantes, o que levará cerca de dois a três anos para que consigamos licença ambiental para "tirar o coco do meio da rua", das valas abertas.

O gado está morrendo de fome, e as populações carentes da região do São Francisco e do Norte de Minas estão sofrendo, apesar do rio, a falta d'água, e essa burocracia continua sistematizada.

Deputado, V. Exa. tem plena e absoluta razão em defender um ponto de vista. Acho até que o Estado de Minas Gerais poderia tomar a decisão ousada de acertar um procedimento com o Ibama, para que as questões de emergência e de calamidade sejam tratadas pela Secretaria de Meio Ambiente, pela Feam, e não pelo Ibama, e de forma desburocratizada.

No caso específico da Copanor, teremos de pedir ao Estado que não dependa de licença ambiental, porque, se depender, não vai acontecer e vamos continuar arrebentados. Meus parabéns.

O Deputado Carlos Pimenta* - Concordamos com o seu pronunciamento. Essa questão deve ser levantada dia e noite na Casa. Já vencemos uma luta enorme no final de 2006 para 2007, para haver o início da construção da Barragem do Peão, em São João do Paraíso. Foi uma briga de gente grande, tivemos até de trazer três ou quatro ônibus com pessoas de lideranças e movimentos religiosos da região, para mostrar a desgraça que estava acontecendo. Em uma região que tem um rio que seca todo ano, que serve mais de 3 mil produtores rurais, queriam fazer uma barragem para perenizar o rio, e foi uma briga doida. Conseguimos vencer, pois a sensibilidade das pessoas de Minas falou mais alto.

Mas quero mostrar esse estudo feito pelo Bird, que chegou a arrear o Presidente da República, que não estava sabendo. Quando tomou conhecimento, o Presidente não acreditou que as coisas acontecem dessa forma. No ano de 2003, nenhuma licença prévia foi autorizada pelo Ibama, nenhuma licença de instalação, e apenas uma licença de operação de um projeto que já tinha mais de 10 anos. Em 2004, foram autorizadas duas licenças prévias, duas licenças de instalação e uma licença de operação. Em 2005, foram autorizadas três licenças prévias; em 2006, não houve nenhuma; e, em 2007, houve apenas uma. O estudo conclui apontando as dificuldades e burocracias ambientais como causa do atraso na instalação das usinas e das barragens; a falta de planejamento do governo, porque, na hora em que a seca vem, todos ficam doidos e querem construir as barragens; e a interferência indevida do Ministério Público.

Então penso que esse pessoal deve ter um pouco mais de bom-senso, sair um pouco mais dos gabinetes, conhecer a região Norte mineira, ter um encontro com o DNOCS e com a Codevasf, sentir-se envergonhado quando o nosso dinheiro e recursos previstos para Minas Gerais no Orçamento da União são desviados, como aconteceu quando o Ministro Ciro Gomes tirou o dinheiro de Congonhas e mandou para o Ceará, quando os recursos para a Barragem de Berizal - mais de R\$30.000.000,00 - saíram de Minas e foram para o Ceará, com Ciro Gomes como Ministro, coincidentemente. Portanto são situações como essas que não podemos aceitar. É muito bonito fazer audiências públicas e levantamentos, mas não dão em nada. Temos a obrigação de tentar interferir e colocar o governo de Minas nessa jogada, senão vamos acabar perdendo dinheiro, principalmente para os Estados nordestinos. Obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público que nos assiste pela TV Assembléia, trouxemos a esta tribuna um assunto muito relevante, que diz respeito à cidade de Pedro Leopoldo, governada pelo Prefeito Marcelo Gonçalves. O Prefeito foi nosso colega, Deputado nesta Casa por três mandatos, homem sério e honrado, médico ginecologista e obstetra, homem de bem e que faz um trabalho brilhante em Pedro Leopoldo, mas não é da pessoa do atual Prefeito que falaremos.

Trouxemos, na verdade, uma decisão judicial do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Processo nº 05.028085-3, em que são réus Ângelo Tadeu Viana Pereira, Maria Mônica Barbosa e Rosilene Fátima da Silva. Decisões acertadas como essa do Poder Judiciário vêm fazendo com que se exerça o devido controle que deve ter a administração pública e se proceda à responsabilização dos gestores à medida que eles passam o cargo público ou o detêm.

Na inicial, Presidente, vemos o que se segue. (- Lê:)

"O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, pela Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Leopoldo, ofereceu denúncia em desfavor de Ângelo Tadeu Viana Pereira, Maria Mônica Barbosa e Rosilene Fátima da Silva, qualificados nos autos, como incurso no art. 1º, I, do Decreto-Lei nº 201/67, c/c o art. 29 do Código Penal, narrando a peça acusatória que: "(...) o primeiro denunciado foi Prefeito de Pedro Leopoldo no exercício de 2001 a 2004, tendo nomeado a segunda e a terceira denunciadas suas auxiliares. (...) Ao deixarem o cargo em 21/12/2004, os denunciados levaram consigo, para suas residências, o arquivo do Município". Os réus foram notificados e apresentaram defesa no prazo legal. A denúncia foi recebida aos 5/6/2006.

Os réus foram interrogados. Por ocasião do interrogatório, negaram os fatos que lhes foram imputados. O primeiro réu asseverou que as caixas que estavam no caminhão não eram essenciais para a Prefeitura, uma vez que os documentos contidos nelas são segundas e terceiras vias ou

cópias reprográficas, cujos originais estão no Arquivo Central da Prefeitura. A segunda ré informou que, ao final da gestão, levou consigo os objetos encontrados na caixa 1-B, a pedido do primeiro réu." Ou seja, do ex-Prefeito. "A terceira ré asseverou que os objetos encontrados nas caixas AS-01 a AS-017 eram papéis e objetos que estavam na mesa e nas prateleiras de uso pessoal da depoente. Acrescentou que não havia documentos originais, exceto de uso pessoal, e que ninguém nunca lhe pediu para que levasse esses documentos para sua casa.

Apenas o réu Ângelo apresentou defesa prévia e arrolou testemunhas. Foi autorizada a devolução do material cedido pelo terceiro, Cláudio, para auxiliar na preservação da prova. Decisão irrecorrida. Diligência cumprida."

Feitas essas considerações iniciais, destacamos outro texto da sentença, que vemos mais adiante. (- Lê:)

"O próprio denunciado não nega a posse das caixas e dos documentos nem o destino que daria a elas. É de se conhecer a confissão, ainda que não diretamente atrelada às imputações ministeriais. O denunciado Ângelo", ex-Prefeito de Pedro Leopoldo, "ainda afirma ser imprestável o material apreendido como prova, na medida em que o conhecimento de seu conteúdo tornou ..."

Um pouco mais adiante, Presidente, ao abordar o mérito da decisão, o Juiz apresenta o seguinte trecho, que destacamos: "Houve, por outro lado, o dolo consciente de levar para si e apropriar-se dos documentos - grande parte dos quais eram documentos originais, e não apenas cópias inúteis ou desnecessárias para o Município".

Ou seja, em 1º/1/2005, o Prefeito Marcelo Gonçalves assumiu o seu mandato, depois de passar por uma árdua campanha, em que sofreu pressão da própria mídia regional mineira - até mesmo com a publicação de uma pesquisa de boca de urna que dava larga vantagem, da ordem de 16 pontos percentuais, a seu adversário. Mesmo assim, passando por todas as dificuldades, o Prefeito conseguiu ganhar a eleição de forma decente, limpa e transparente.

Lógico que aquele que ganha uma eleição, assume o Município e vê que o seu antecessor está levando, num caminhão-baú, uma série de documentos pertencentes à Prefeitura tem de ficar preocupado. A saída desses documentos, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, trouxe uma série de prejuízos administrativos ao Município de Pedro Leopoldo. Eram guias de internação e diversos documentos da rotina burocrática do Município, que, ao serem levados para a casa do ex-Prefeito, de nome Ângelo Tadeu Viana Pereira, emperraram todo o trabalho de atendimento da Prefeitura na saúde, na área social e no próprio pagamento de funcionários. Obviamente, o Prefeito não poderia calar-se.

Mais do que isso, no dia em que foram apreendidos os citados documentos, a Promotora de Justiça foi ao lugar dos fatos, acompanhou toda a apreensão dos documentos, que foi feita pela Polícia Militar, e houve todo o acompanhamento da perícia técnica. Como não poderia ser diferente, a sentença diz que a autoridade policial comunica ao Instituto de Criminalística que as caixas foram colocadas num cômodo lacrado, na presença de um Perito Criminal lotado em Pedro Leopoldo. Portanto o Ministério Público acompanha de perto, o Instituto de Criminalística faz o laudo pericial, a polícia acompanha, é lavrado o auto de apreensão dessa documentação, o Delegado produz o inquérito e o Ministério Público o acompanha. Obviamente, o Ministério Público denunciou o ex-Prefeito e as suas duas assessoras pela apropriação indevida desses documentos, o que trouxe uma série de transtornos para a atual administração.

Sr. Presidente, quando a população está cumprindo o seu papel no exercício da cidadania, denunciando, as autoridades agem em tempo hábil e o Ministério Público e o Judiciário tratam do assunto com a celeridade necessária, certamente exercemos o chamado controle social formal, ou seja, a sociedade ajuda e as autoridades concretizam o que é necessário.

Em que pese a o ex-Prefeito Ângelo Tadeu Viana Pereira e as suas duas auxiliares, Maria Mônica Barbosa e Rosilene Fátima da Silva, alegarem que os documentos não serviriam, eles trouxeram inúmeros prejuízos para a administração de Pedro Leopoldo. Quem sofreu com isso? Certamente, o primeiro impacto foi a própria administração, que ficou sem a documentação, sem toda a rotina burocrática para dar seqüência a uma série de atos administrativos que estavam sendo realizados. Não se pode parar. Se se troca o Prefeito e há um cidadão fazendo um tratamento de saúde, aqueles documentos estão guardados; se há um atendimento na área social, com relação a ONGs ou ao serviço social da Prefeitura, ele não pode parar. Infelizmente, não foi assim que o ex-Prefeito pensou. Ele pensou de forma criminoso, para utilizar criminosamente aquela documentação, que julgou que, por ser Prefeito, poderia levar para casa.

Na sentença, o ilustre magistrado diz que, em que pese a ser Prefeito, não poderia ele ter levado os documentos. Os documentos não pertencem à pessoa física do Prefeito, mas à pessoa jurídica da Prefeitura, como um acervo, como documentos oficiais. Isso consta na decisão que passamos a relatar. Sr. Presidente, o Juiz diz: "Na terceira fase, ausentes causas gerais ou especiais de aumento ou diminuição de pena, torno-a definitiva em dois anos de reclusão, a ser cumprida no regime inicialmente aberto".

Portanto, o Prefeito foi condenado a dois anos de reclusão, inicialmente no regime aberto.

Mais adiante, Sr. Presidente, aquele fundamento à sua decisão a ser cumprida no regime inicialmente aberto, com fulcro no art. 33, § 2º, c/c o § 3º, do Código Penal. Letra "d". A pena acessória: conquanto prevista constitucionalmente a suspensão dos direitos políticos durante a duração da reprimenda, conforme prevê o Decreto-Lei nº 201/67, ainda prevê pena acessória da inabilitação, pelo prazo de cinco anos, para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação, que se aplicará ao réu a partir do trânsito em julgado.

Essa é a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais: "Levando em conta a natureza do delito, reconheço presentes elementos objetivos e subjetivos do art. 44 do Código Penal. Nestes termos, substituo a pena afliativa por sanção pecuniária no importe de um salário mínimo, a ser pago em favor do estabelecimento beneficente a ser indicado pelo juízo da execução em 10 dias contados da data colocada nos autos. Aplico-lhe, ainda, pena de prestação de serviços comunitários em estabelecimento a ser designado pelo juízo da execução à razão de uma hora por dia de privação, à razão de oito horas semanais, permitido o cumprimento em prazo menor não inferior à metade da pena imposta, ou seja, não inferior a um ano. Não se implementou qualquer prazo prescricional em abstrato ou em concreto. Suspendo seus direitos políticos durante a reprimenda, conforme consta nas fls. 905 deste processo".

Sr. Presidente, essa decisão do Tribunal de Justiça, assinada, nesses termos, pelo Juiz de Direito Otávio Batista Lamônaco, traz com clareza que a Justiça, nesse aspecto, agiu de forma ágil, com celeridade e no tempo em que deveria ter realizado o seu trabalho. Portanto queremos cumprimentar o Poder Judiciário e o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais pela decisão, que, neste caso, felizmente não foi intempestiva; aliás, uma decisão que ocorreu com certa celeridade, cuja resposta veio em tempo hábil. O Prefeito foi condenado a dois anos de reclusão, convertida em trabalhos realizados para a sociedade beneficente e em pagamento de multa; todavia, estão suspensos por cinco anos os seus direitos políticos.

Parabéns ao Poder Judiciário. Certamente a população de Pedro Leopoldo está tomando conhecimento dessa decisão. Espero que sirva de exemplo - aliás, esse é um dos objetivos das punições previstas no Código Penal Brasileiro e nas áreas cíveis. A punição tem seu caráter pedagógico, ou seja, de dar exemplo para que os demais agentes públicos não pratiquem atos irregulares da forma como o Sr. Ângelo Tadeu Viana Vieira, ex-Prefeito de Pedro Leopoldo, praticou durante a sua gestão de 2001 a 2004.

Sr. Presidente, encerro minhas palavras parabenizando o Tribunal de Justiça e, obviamente, o Juiz e o Ministério Público, que tão bem conduziram esse processo na Comarca de Pedro Leopoldo.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado* - Boa-tarde. Esta foi realmente uma semana muito movimentada. Gostaria de agradecer a todos os parlamentares desta Casa, pois conseguimos, com muito êxito, a aprovação de mais um projeto. Fui um dos Deputados que mais apresentaram projetos nesta legislatura. Conseguimos, mais uma vez, aprovar um projeto importante, que se refere à distribuição de sementes de alta qualidade aos pequenos agricultores e à agricultura familiar. Houve o veto do Governador.

Sabemos que não é fácil derrubar veto nesta Casa, mas conseguimos derrubar o veto do Governador, que deverá ir para sanção e se tornará lei.

Também realizamos ontem uma grande audiência pública, a requerimento do Deputado Almir Paraca, e esperamos que a Cemig e os órgãos competentes, inclusive os do governo federal, agilizem a retomada do programa Luz para Todos, que está parado há praticamente um ano. Infelizmente o sonho da energia elétrica virou pesadelo. A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, da qual sou Presidente, realizou sete reuniões para discutir a continuação do programa, e esperamos que ele seja retomado o mais rápido possível. Em todas as reuniões, foi muito importante a pressão e a mobilização da população, que garantirá a retomada do programa Luz para Todos.

Realizamos uma grande reunião nesta Casa na qual estiveram presentes os funcionários administrativos da Polícia Civil e, pasmem, muitos servidores administrativos do Estado, os quais trabalham há mais de 20, 30 anos, e possuem o provento básico de R\$97,00! Menos de R\$100,00 é o provento básico de alguns servidores administrativos da Polícia Civil, que às vezes fazem de tudo. Esse é um salário de fome, uma miséria. Não dá para acreditar nisso. Portanto solicitamos o apoio dos Deputados desta Casa, de todos os partidos, a fim de que levem essa realidade ao Governador e possamos nos reunir, debater, discutir e resolver o problema. Trata-se de uma categoria pequena - em torno de 900 servidores em todo o Estado de Minas Gerais. Então são poucos servidores. Em 15 anos, o Orçamento do Estado triplicou, ou seja, de R\$10.000.000,00 passou para R\$35.000.000,00, e esses servidores não tiveram nem mesmo um centavo de aumento, estão recebendo um salário de humilhação, vergonhoso. Aquele que me está ouvindo agora não tem nem como acreditar. Pasmem, eles recebem um provento básico de R\$97,00! Isso é verdade, isso acontece no Estado de Minas Gerais. Esperamos que o problema seja resolvido.

Também estivemos reunidos em nosso gabinete com os servidores que prestaram concurso para a Secretaria de Fazenda em nosso Estado. O concurso vencerá em outubro; a Secretaria contratou servidores terceirizados, mas não convoca esses servidores para tomarem posse. Queremos a contratação imediata dos servidores que passaram no concurso público, a maneira mais legítima de ingresso no serviço público. Não é por indicação nem apadrinhamento, mas por mérito, por merecimento. Por que esses servidores não foram empossados até hoje? Vamos cobrar e, se não houver uma determinação urgente por parte do governo, daremos entrada a uma ação no Ministério Público. Realizaremos audiência para discutir isso, da mesma maneira como fizemos para discutir o problema dos servidores dos cartórios, que foram nomeados e tiveram seu problema resolvido.

Outro assunto sobre o qual não poderia deixar de falar diz respeito a nossa caravana pela redução da energia elétrica, a qual continua com muita força. Percorremos alguns Municípios do Triângulo, e neste momento a caravana está em Frutal, já estive em Itapajipe, Prata, Campina Verde, Capinópolis, Canápolis e Ituiutaba. Ontem estivemos em Iturama, e gostaria de agradecer ao "Pombo", ao "Gil", ao "Sapo", às pessoas que contribuíram no recolhimento das assinaturas do abaixo-assinado em Iturama e Monte Carmelo. Continuamos com a campanha na Região Metropolitana, no Sul e no Norte de Minas; enfim, em todas as regiões do Estado. Combinaremos agora mais uma audiência pública da Aneel para o dia 7. Essa será a audiência decisiva, e dia 7 será o último prazo. Ficaremos acampados, de vigília, na Aneel.

Vamos participar da audiência pública, pressionar, apresentar dados, documentos, e solicitar à Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel - que a redução da conta seja superior a 15%, porque a Cemig teve grande lucro.

Conseguimos provar várias falhas no processo, entre elas posso destacar o número de escritórios comerciais. Hoje temos 197 escritórios, e a Cemig disse que eram praticamente mais que o dobro: 398. Conseguimos provar que essa não era a realidade. Além disso, a empresa possui 6.370.000.000 clientes, mas declarou 6.908.000.000. Então declarou ter um número maior de contas que o declarado à Aneel. Praticamente declarou mais de 500 mil contas que não existem. Está registrado no documento encaminhado à Aneel, justamente para majorar, garantir que a redução do valor da conta de luz seja menor.

Conseguimos provar também a questão dos postes. De cada quatro postes, a empresa alega que troca um por ano em todo o Estado de Minas Gerais. Pergunto a quem me está ouvindo: "Neste ano, foi trocado algum poste na frente da sua casa, em seu quarteirão? Em quatro anos, todos os postes do Estado de Minas Gerais são trocados? Você acredita que, em quatro anos, todos os postes do Estado, da sua região, da sua cidade, do seu bairro, do seu quarteirão, da sua rua, são trocados? Isso é realidade?".

Deixo a pergunta no ar. Fizemos a mesma pergunta à Aneel e cobramos dela uma fiscalização. Entregamos cerca de 500 mil assinaturas. Aproveito para agradecer a todas as pessoas que assinaram o abaixo-assinado, que contribuíram, de uma forma ou de outra, para a redução do valor da conta de luz. De todas as concessionárias do País, foi o maior número de pessoas que enviaram propostas da Aneel.

A campanha foi um sucesso, pois, apesar da perseguição, da pressão, erguemos a cabeça e fomos para cima. Agimos da mesma maneira como agimos com a Taxa de Incêndio. Muitos duvidaram que havia a possibilidade de acabarmos com a Taxa de Incêndio para as residências e com a taxa para chamar a polícia, e conseguimos acabar com elas no Estado de Minas Gerais.

Tenho a certeza de que, em mais de 56 anos da Cemig, nunca houve redução da conta de luz. Será a primeira vez na história que essa conta não terá aumento; pelo contrário, será reduzida. Vamos ficar lá até o último minuto para garantir que a redução seja acima de 15%. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, público da TV Assembléia, gostaria, neste momento, de retratar alguns fatos, algumas análises e abordagens acerca do momento que estamos vivendo no País e de como lidar com esse cenário em que, segundo avaliação nossa, devemos avançar.

No mês de março foi realizado em Brasília o Ato Político pelas Reformas Democráticas, organizado pelas Fundações Perseu Abramo (PT), João Mangabeira (PSB), Leonel Brizola-Alberto Pasqualini (PDT), Maurício Grabois (PCdoB) e Republicana Brasileira (PRB). Foi um ato realizado no Congresso Nacional. Estávamos presentes eu, o Deputado Carlin Moura, do PCdoB, e o Deputado Weliton Prado. Havíamos marcado, nessa mesma data, uma audiência na Aneel, que acaba de ser relatada pelo Deputado Weliton Prado, para discutirmos a revisão tarifária da Cemig e para tratar da retomada do programa Luz para Todos em Minas Gerais.

Além dos partidos aos quais estão vinculadas as citadas Fundações, lideranças da sociedade também começam a se engajar nessa luta.

De que se trata essa mobilização cívica em prol das reformas democráticas? O próprio nome já diz: reformas democráticas, e não contra-reformas, como as que foram feitas ou tentadas em governos anteriores. Além do mais, trata-se agora de articulá-las num debate único, resguardadas suas especificidades. O plano de desenvolvimento da educação, a reforma tributária, a política, o plano decenal referente à infra-estrutura energética, o debate sobre as reformas urbana e agrária, enfim, todos os Projetos Estruturantes - como o PAC e o Territórios da Cidadania, entre outros -, em andamento no País, demandam um tratamento unificado.

Nesse aspecto, quero ressaltar duas importantes questões. A primeira é o quadro de maior capacidade para enfrentarmos as turbulências internacionais. A segunda é a recuperação de nossa estrutura de planejamento de longo prazo, ocorrida a partir de 2003, com a posse do Presidente Lula.

Apesar de que nenhum país deve considerar-se imune ao estouro da "bolha imobiliária" dos Estados Unidos, o Brasil surpreende até mesmo os analistas conservadores internacionais. Aliás, é bom que se diga: essa crise, que nasce da agiotagem financeira junto à classe média norte-americana, é apenas mais um sintoma de uma crise geral que persiste desde 1973. E o Brasil do governo Lula resiste a ela. Basta vermos o investimento estrangeiro direto - IED - no mês de janeiro em nosso país: simplesmente dobrou em relação a janeiro de 2007. Mesmo o saldo negativo, também em janeiro de 2008, nas transações correntes se deve mais à qualidade das importações do que a uma inversão da tendência virtuosa de nossa balança comercial, desde o início do primeiro governo Lula. Nossas reservas chegam a US\$7.000.000.000,00 a mais do que nossa dívida interna líquida, fato inédito da história do País. A inflação sob controle hoje é apenas mais um indicador de nossa estabilidade.

As recentes descobertas de petróleo e gás somam-se às reservas consolidadas - ou seja, aquelas conhecidas - desses combustíveis fósseis, que atingem níveis também inéditos. O mercado interno está aquecido, a geração de empregos com carteira bate recordes sucessivos.

As instituições do Estado funcionam regularmente, processando os eventos que antes paralisavam o País, como eventuais denúncias sobre mau uso do dinheiro público: o Ministério Público, a Polícia Federal, o Tribunal de Contas da União, a Controladoria-Geral da União agem sob a fiscalização da imprensa e de organismos civis que acompanham a execução orçamentária no plano federal, também com inédito rigor. Ressalte-se aí o pleno funcionamento de CPIs, que, em governos anteriores, eram tuteladas, quando não engavetadas.

Do ponto de vista do planejamento de médio e longo prazos, sem alarde o governo Lula vai recuperando essa frente de atuação do Estado. A partir de 2003, o BNDES, por exemplo, começa a definir suas políticas de financiamento, tendo como referência projetos estruturantes articulados e voltados para a recuperação da infra-estrutura do País. As universidades e instituições públicas de pesquisa e inovação foram fortalecidas. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea - adquire um novo papel, como órgão vinculado ao Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, repondo suas atribuições de pensar o Brasil no longo prazo.

Colegas parlamentares, o que deduzo de tudo isso é que o Brasil está maduro para avançar rumo a reformas que há muito são reclamadas em nosso país. Evidentemente, o Brasil não vai parar para debater reformas. Muita coisa já está em andamento. Na infra-estrutura, temos o PAC; na educação, o Plano de Desenvolvimento da Educação; na política agrícola, temos o Territórios da Cidadania, unificando dezenas de ações de vários ministérios, na perspectiva de fortalecer a agricultura familiar; e assim por diante.

Tão significativa quanto essas e outras medidas estruturantes, temos a urgência da reforma tributária. Sr. Presidente, colegas parlamentares, proponho que esta Casa aceite a proposta do PCdoB, do PSB, do PDT, do PRB e do PT. Que, em Minas Gerais, façamos o debate que está sendo proposto nacionalmente. Que possamos todos nós, com a competência e o engajamento que temos, participar e ajudar na construção desse debate. O Brasil vive um momento bom. A articulação de múltiplas ações estruturantes, sua institucionalização, o esforço para torná-las perenes são desafios contemporâneos. É isso o que vai completar a virada econômico-social que desejamos para Brasil.

Gostaria ainda, Sr. Presidente, nessa mesma linha, de trazer a público uma pesquisa veiculada ontem, na grande imprensa, feita em 34 países, apontando que 44% das pessoas acreditam que o Brasil exerce uma influência positiva no mundo. A sondagem, encomendada pelo Serviço Mundial da BBC e divulgada ontem, registrou a opinião de cerca de 18 mil pessoas, em 34 países, sobre a influência exercida no mundo por outros países. Portanto, há aqui mais um registro, desta vez uma percepção não do público interno, que vem demonstrando em pesquisas sucessivas uma aprovação consistente e crescente da avaliação do governo Lula e do próprio Presidente, fruto do avanço em todos os indicadores sociais e econômicos do País e da maré positiva que estamos vivendo no Brasil.

A propósito, gostaríamos de fazer um registro na linha do jornalista Elio Gaspari, que vem fazendo uma comparação dos oito anos dos governos Fernando Henrique e Lula. Esse jornalista, sempre muito contundente nas suas críticas, vem, nas últimas semanas, reconhecendo os esforços, os avanços e as conquistas do governo federal e do Presidente Lula.

Num artigo de ontem, Elio Gaspari declara que Lula construiu a sua agenda política, a sua agenda de governo, e que ninguém conseguirá tirá-lo do trilho, que ninguém conseguirá demover o Presidente de sua determinação quanto aos avanços e conquistas, que ele vem conduzindo para o País.

Elio Gaspari também fala que o Presidente Fernando Henrique Cardoso fez, entre outras conquistas, o que é bem verdade, uma significativa - a promoção da estabilidade da moeda - e que a era Lula herdara, recebera do governo Fernando Henrique essa estabilidade, que se impôs, com toda a naturalidade. Obviamente todas as ações e projetos propostos pelo governo Lula assentam-se sobre a estabilidade da moeda.

Mas Elio Gaspari observa ainda o "pós-Lula", termo também utilizado pelo nosso Governador. Sabemos que o Governador Aécio Neves, que se propõe como um dos pretensos candidatos à sucessão do Presidente Lula, vem falando do momento pós-Lula, do perfil do sucessor para atuar nesse cenário pós-Lula, que é exatamente aquele que propõe o avanço das conquistas que já se configuraram no cenário nacional, de modo que possamos cuidar de aprofundar as mudanças, de aperfeiçoar todo esse sistema de proteção social, de ampliação das oportunidades e da geração de trabalho e renda, de aumento do acesso a serviços públicos de qualidade, de universalização de direitos básicos da cidadania. Portanto, o pós-Lula certamente será um tempo marcado pela ampliação da cidadania, pela radicalização da democracia, pelo aprofundamento das oportunidades e pela melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro. Esperamos que todos nós, lideranças públicas deste país, estejamos à altura desse desafio. Sabemos que todos nós devemos atuar em prol dessa nova agenda construída pelo governo Lula, a qual é positiva e está alavancando o desenvolvimento do Brasil, gerando maiores e melhores oportunidades e condições de vida para a grande maioria da população brasileira; ela dá poder à população, amplia a capacidade de consumo e de produção brasileira e cria um círculo virtuoso que, certamente, sobreviverá na era pós-Lula.

Devemos atuar de modo a aprofundar as reformas democráticas e nas áreas de educação, saúde, segurança pública, geração de trabalho e renda; precisamos avançar para que o Brasil possa estar à altura do que merecem os brasileiros e, como uma grande mãe generosa, possa, de fato, acolher todos os seus filhos, com equidade e justiça. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente Tiago Ulisses, é uma honra elevada assumir a tribuna sob o comando de V. Exa., companheiro de

tantas jornadas, amigo de velha data, cuja família nos é ligada e constitui uma das expressões do Parlamento mineiro.

Sr Presidente, falarei de dois importantes encontros que tivemos ao longo da semana, um dos quais foi na Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Foi publicada hoje, no "Minas Gerais", a definição clara da instalação de duas áreas alfandegadas: o porto seco de Montes Claros e a Zona de Processamento de Exportação - ZPE - de Teófilo Ottoni. Os acertos estão sendo feitos. Estiveram aqui vários companheiros: Carolino Brito Neto, Presidente da Cooperativa de Laticínios de Teófilo Ottoni, onde está sendo feito um trabalho de financiamento para a fábrica de leite e de soro em pó; e Kalil Kassim Elawar, Presidente da ZPEX, empresa administradora da ZPE de Teófilo Ottoni. Há projetos de médio e longo prazos. Há 20 anos, estamos lutando pela ZPE. Finalmente, o Presidente da República honrou-nos com a sanção, por meio de medida provisória, da lei que autoriza o funcionamento da ZPE única da região Leste de nosso Estado.

Sr. Presidente, outras preocupações surgem e nos deixam arredios no que tange à probabilidade de um crescimento avantajado para as regiões mais pobres do Estado, localizadas acima do paralelo 18. Refiro-me às regiões Norte e Nordeste de Minas Gerais. Essas preocupações têm sido demonstradas por alguns companheiros. Hoje mesmo os Deputados Almir Paraca e Carlos Pimenta tocaram nesse assunto. O próprio Deputado Weliton Prado, de maneira diferenciada, tem abordado sobre o Luz para Todos.

Sr. Presidente, veja que fato interessante. Realizamos nesta Casa, durante dois dias, um debate para tratar de questões relativas ao meio ambiente. Antes havíamos realizado um debate na Comissão de Política Agropecuária, para tratar do Decreto nº 44.309, que, no que tange ao licenciamento ambiental, passou a prever multas pesadas aos pequenos produtores rurais no desempenho de qualquer atividade. O Secretário José Carlos Carvalho reconhece que o Decreto precisa ser alterado, já consentiu nisso. Durante o seminário, foi-nos prometido que seria providenciado, imediatamente, outro decreto para substituir o Decreto nº 44.309, mas, lamentavelmente, até agora, isso não aconteceu. Diante disso, solicitamos à Seplag, às demais secretarias ou aos órgãos do governo por onde esse Decreto terá de passar mais celeridade nessa questão, considerando-se o desespero que se implantou, especialmente nas regiões mais pobres do Estado. O cidadão de Salto da Divisa, por exemplo, para fazer um pequeno desmatamento, terá de ir a Governador Valadares pedir uma licença ambiental. Todavia, ele não tem dinheiro nem sequer para chegar a Almenara, quanto mais para ir a Valadares, onde precisará permanecer durante um ou dois dias.

Em Minas Gerais, a questão ambiental está travando o desenvolvimento. No Norte de Minas, 48 barragens estão empacadas por causa da licença ambiental. O mesmo acontece com três usinas hidrelétricas, uma das quais se situa em Carlos Chagas. Quanto a esta usina, acontece algo interessante. Como Secretário Adjunto de Recursos Hídricos, em 1995, firmei compromisso com a construtora Queiroz Galvão em relação a essa questão. Conseguimos, então, fazer a usina de Nanuque, que foi aprovada na mesma época e já está operando integrada ao sistema Cemig. Entretanto, não conseguimos a usina de Carlos Chagas, por causa de 0,5ha ocupado por um quilombola. A área de meio ambiente não consegue superar essa dificuldade. A Queiroz Galvão ofereceu 10ha, em área anexa, para substituir o 0,5ha do quilombola. No entanto, isso não resolve, pois é necessário haver laudo de um certo instituto histórico. Essa filosofia ambientalista importada da Alemanha está trazendo um enorme prejuízo para Minas Gerais. O Secretário José Carlos Carvalho já entendeu que é preciso mudar a legislação.

Além de estabelecer outras Suprams, que são as regionais da Smad no Estado, já foram instaladas oito. É preciso instalar outras. A de Teófilo Ottoni, por exemplo. É um absurdo uma região pobre como a nossa ter de reportar-se a Diamantina. Não há nenhuma estrada direta para Diamantina. Precisamos fazer um monte de curvas para chegar até Diamantina. E Diamantina está distante de Santo Antônio do Jacinto 700km. Não há como as pessoas procurarem uma Supram para buscar licenciamento ambiental nessas distâncias.

Sr. Presidente, Deputado Tiago Ulisses, veja nossas preocupações. Fizemos aqui uma lei que permite aos pequenos produtores, às Prefeituras e às cooperativas fazer as suas microdestilarias de álcool para o próprio produtor usar o álcool na condução dos seus veículos, máquinas e equipamentos, para as cooperativas usarem com os seus cooperados sem essa fantasia fantástica que existe por aí do alto custo do transporte a álcool.

Ainda ontem estivemos em audiência pública da nossa Comissão de Política Agropecuária em Uberaba, onde a queixa dos munícipes é ter de produzir o álcool e mandar para a refinaria da Petrobras para fazer a tal da homogeneização. E é devolvido. São cerca de 2.000km, 1.000km para ir e outros 1.000km para voltar. Aí está o problema do Brasil.

Ora, você tem na bomba de gasolina um instrumento rico que controla a qualidade da gasolina. Existe também o equipamento que controla a qualidade do álcool. Por que o álcool não pode ser produzido e consumido em Itumbiara? Por que o álcool tem de fazer esse passeio? Este país é um país de fantasia, é um país fantástico.

Como podem elaborar um critério de controle de distribuição de um produto renovável como o álcool, um exemplo para o mundo, e temos a obrigação de assistir a essa história de se fazer alcooduto, mas não se pode produzir o álcool aqui e consumir aqui mesmo, sem o custo do transporte. Uma mercadoria barata, cujo preço é acrescido em virtude do transporte. Precisamos reduzir essa fantasia no Brasil.

Temos de seguir o modelo chinês, que está dando uma lição aos Estados Unidos e à Europa. A China precisa servir de lição também para o Brasil. Os chineses aplicam 8% do PIB em infra-estrutura; no Brasil, aplicamos 2% em infra-estrutura. Já não temos portos, aeroportos nem rodovias. Há um estrangulamento fantástico.

E vem aí essa necessidade de transportar o álcool. Farão um alcooduto em Goiás e Mato Grosso, para trazer o álcool para o Rio de Janeiro, para a refinaria, e depois ir para São Paulo e Minas Gerais. Sr. Presidente, não dá para entender essas coisas. Não compreendemos como o Brasil pode querer crescer mais rapidamente, gerar empregos para seus filhos, produzir mais.

Temos um potencial de crescimento muito maior do que a China, que tem 1.300.000.000 habitantes, e estamos na faixa apenas de 190 milhões e com um fantástico território para explorar, com riquezas minerais abundantes. E a minha região sofre, porque não tem porto nem estrada de ferro próximos.

As regiões Noroeste, Nordeste e Norte do Estado, as partes mais pobres de Minas acima do Paralelo 18 não têm uma saída para a sua produção ou mercadorias. E lá temos jazidas de minério de ferro abundantes e de boa qualidade nas regiões de Rio Pardo, Porteirinha, Montezuma, mas não podemos explorar. Parece que agora a Votorantim vai fazer a exploração. Já está planejando e projetando um mineroduto, que não é interesse do Estado. O interesse do Estado seria ter uma estrada de ferro para carrear também os outros produtos.

Temos ainda a proposta da Aracruz Celulose de gastar R\$1.000.000.000,00 em plantio de florestas naquela região. Mas também não há transporte. Na região já temos 120.000ha plantados, de Capelinha para cima, até chegar a Minas Novas. Não são utilizados por causa da dificuldade do transporte. Então, continua o problema do transporte.

Além desse Decreto nº 44.309, que está matando os pequenos produtores rurais, a lei das microdestilarias não foi regulamentada até hoje, Sr. Presidente. Esta Casa trabalhou, produziu um bom projeto, que foi aprovado, sancionado e virou lei. Mas não fazem a regulamentação, o que muito nos preocupa.

Por outro lado, existe o problema da lei florestal. Minas tem um déficit florestal fantástico. Mais da metade das nossas indústrias de ferro-gusa está paralisada por falta de carvão. O grande drama que temos na nossa região é que o restinho de mata existente ali está virando carvão, porque não há floresta plantada para fazer carvão suficiente com o objetivo de abastecer as indústrias de gusa.

É preciso implantar uma nova lei florestal imediatamente. Aliás, estamos esboçando-a na Comissão de Política Agropecuária. Cansamos de esperar que essa iniciativa parta do governo. Então, vamos elaborar, vamos provocar. Se o governo mandar uma lei, tudo bem, recolhemos a nossa, mas vamos apresentar a nossa lei florestal. Não é possível, para plantar árvores em regiões degradadas e desmatadas, onde a voçoroca está "comendo" os morros, entulhando e assoreando os rios, esperar essa dependência do licenciamento ambiental.

Então, a nova lei florestal também sofre com a questão do meio ambiente. É preciso permitir que se plante. O engenheiro agrônomo, o proprietário do empreendimento dá o termo de responsabilidade, dá o ART e paga a diferença.

Sr. Presidente, até o Luz para Todos às vezes tem problema com o meio ambiente. Falarei sobre esse programa mais tarde e contarei uma historinha. Mas gostaria de me ater, nessa primeira parte do meu pronunciamento, aos graves problemas causados pela legislação ambiental de Minas Gerais. A situação se agrava. O Estado, por meio da Assembléia, aprovou uma lei e criou a Copanor, uma companhia de saneamento diferenciada, com recursos a fundo perdido, aplicados pelo Estado, para atender as cidades pequenas com menos de 5 mil habitantes e os povoados, vilas e Distritos com mais de 200 habitantes. Instalamos a Copanor em Teófilo Otôni, negociamos com a bancada do Norte, que permitiu que a sede fosse instalada naquela cidade, e está tudo lá, bonitinho. Os contratos estão sendo feitos, e não poderemos fazer as obras porque a licença ambiental vai demorar mais de um ano para tirar cocô do meio da rua, para acabar com a imundície do esgoto a céu aberto em 600 localidades. Isso me deixa preocupado. Será que não enxergam a situação de emergência que vivemos? Os ambientalistas vêm aqui e defendem que temos de proteger os rios, mas vão lá e atrapalham o trabalho de retirada do cocô que vai para os rios, que infectam a população.

Sr. Presidente, Deputado Tiago Ulisses, a taxa de mortalidade infantil de crianças de até 5 anos das regiões Norte e Nordeste de Minas por doenças hídricas e infecções causadas por esgoto a céu aberto supera 60%. É crime deixar criança morrer porque, irresponsavelmente, ainda temos esgoto a céu aberto. Isso é crime. E os ambientalistas não enxergam a situação. Ou a controlamos por via da Assembléia ou não teremos condição de estabelecer um crescimento mais equitativo das partes mais pobres de Minas Gerais.

Para encerrar, vou falar rapidamente sobre o Luz para Todos. Em julho de 2004, levantaram a necessidade de fazer 180 mil ligações em propriedades rurais do Estado. Fizeram o levantamento errado, porque esse número é pequeno. Elaboraram contrato para fazer 180 mil ligações, e a Cemig realizou 195 mil até janeiro de 2007. De lá para cá, realizou mais 10 mil ligações, atingindo 205 mil.

No entanto, desde janeiro do ano passado - e aqui vai a justificativa da paralisação do Luz para Todos -, a Cemig oficiou à Aneel e ao Ministério pedindo a assinatura do novo convênio, mas, pelo que me consta, até sexta-feira ele ainda não tinha sido assinado. Houve uma audiência pública dizendo que, das 25 mil ligações, eles irão fazer apenas 22 mil, o que não é suficiente para cobrir o déficit, que é de quase 100 mil novas ligações.

Aconteceu um fato curioso, Sr. Presidente, já que, além de o levantamento ser antigo e ter sido mal feito em 2004, com o anúncio do Luz para Todos muitas pessoas voltaram ao campo. Produtores rurais que moravam nas favelas das cidades voltaram para a zona rural e construíram suas casinhas. Decidiram voltar ao campo, o que é um fato altamente auspicioso. Aliás, há 20 anos já falávamos sobre isso, ou seja, que era possível voltar ao campo se houvesse conforto para o homem do campo: televisão, rádio, estrada, médico, dentista, posto de correio, trator agrícola de graça para arar a terra dos pequenos, e, agora, o Luz para Todos.

O Luz para Todos teve esse efeito, ou seja, possibilitou a volta do homem ao campo, mas pena que os governos não se entendam. O governo federal "amarrou" a Cemig desde janeiro do ano passado.

Vejo aqui o discurso falando mal do governo do Estado em relação ao Luz para Todos, mas, na verdade, é preciso revelar um outro aspecto. Os valores pagos pelo governo federal, no Luz para Todos, representam 25%, mas a verdade é que esses 25% já são pagos embutidos nas contas de luz. Então, a realidade é que Minas Gerais tem crédito junto ao governo federal muito maior que esse dinheiro que o governo federal paga no Luz para Todos, que é uma parcela pequenininha. Quem sustenta o Luz para Todos é o governo do Estado de Minas Gerais.

Aliás, tive brigas homéricas com a turma que foi contratada por Furnas para acompanhar as obras da Cemig. Interessante, não é? Ninguém levantou essa questão para saber por que motivo o pessoal de Furnas Centrais Elétricas é que fiscaliza a aplicação e as obras realizadas pela Cemig. Fizeram um trabalho muito bem feito, ou melhor, o PT foi altamente competente, de uma competência fantástica, visto que politizou, de tal forma, o Luz para Todos.

Lembro-me de que, numa reunião de que participei em Araçuaí, chamei todo o mundo de mentiroso. Todos mentiam, de um lado e de outro. A "verdade verdadeira" sobre o Luz para Todos é que, se o governo federal tivesse aceitado o pedido da Cemig e assinado o convênio em janeiro de 2007, Minas estaria fechando o ano de 2008 com todas as propriedades rurais eletrificadas.

É preciso dizer isso em alto e bom som. A culpa é da Eletrobras, da Aneel e do governo federal. Minas não falhou, quem falhou foi o governo federal. Muito obrigado, Sr. Presidente.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2007

CONVITE Nº 13/2007

Objeto: contratação de empresa de engenharia especializada para a realização de serviços de modernização do elevador nº 22.518, localizado no Palácio da Inconfidência, bem como acrescentar uma parada no andar abaixo da parada final atual.

Resultado da classificação final: Elevadores Atlas Schindler S/A. - 1º lugar; e Control Elevadores Ltda. - 2º lugar.

Belo Horizonte, 8 de abril de 2008.

Eduardo de Mattos Fiuza, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2008

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 24/4/2008, às 14h30min, pregão eletrônico através da Internet, do tipo menor preço global, tendo como finalidade a contratação de empresa para o fornecimento de componentes filtrantes e prestação de serviços de higienização (sanitização) e instalação dos referidos componentes em purificadores de água Soft by Everest.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, n.º 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, por meio eletrônico. Neste caso o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 8 de abril de 2008.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Lavanderia LavSec Rápido Ltda. Objeto: prestação de serviços de lavanderia destinados à lavagem, passagem e esterilização de roupas pertencentes à contratante. Objeto deste aditamento: terceira prorrogação do cto/38/2005 e previsão de reajuste do preço. Vigência: 12 meses, entre 1º/6/2008 a 1º/6/2009. Dotação Orçamentária: 33903900.

errata

COMUNICAÇÕES

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 3/4/2008, na pág.37, col.3, na comunicação do Deputado Alberto Pinto Coelho, onde se lê:

"no período de 30/3/2008 a 7/4/2008", leia-se:

"no período de 30/3/2008 a 8/4/2008".